
MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1- [RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR](#)
 - 2- [DELIBERAÇÕES DA MESA](#)
 - 3- [ATA](#)
 - 3.1- [164ª Reunião Extraordinária](#)
 - 4- [COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE](#)
 - 5- [CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO](#)
 - 6- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 7- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 8- [ERRATAS](#)
-
-

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO
MANDATO PARLAMENTAR*

Adelmo Carneiro Leão (PT)
Agostinho Patrús (PSDB)
Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)
Ajalmar José da Silva (PSDB)
Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)
Aldimar Rodrigues - **Dimas Rodrigues** (PPB)
Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)
Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)
Ambrósio Pinto (PPB)
Anderson Aauto Pereira (PMDB)
Anivaldo Antônio dos Santos Coelho (PT)
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)
Antônio Felipe Zeitune - **Toninho Zeitune**
Antônio Genaro Oliveira (PPB)
Antônio Júlio de Faria (PMDB)
Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)
Arnaldo Francisco Penna (PSDB)
Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PL)
Clêuber Brandão Carneiro (PFL)
Dílzon Luiz de Melo (PTB)
Dinis Antônio Pinheiro (PSD)
Djalma Florêncio Diniz (PFL)
Durval Ângelo Andrade (PT)
Elbe Figueiredo Brandão (PSDB)
Elmo Braz Soares (PPB)
Ermano Batista Filho (PL)
Francisco Ramalho da Silva Filho (PSDB)
Geraldo Gomes Rezende (PMDB)
Geraldo Nascimento de Oliveira (PT)
Geraldo Paulino Santanna
Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes - **Gil Pereira** (PPB)
Gilmar Alves Machado (PT)
Glycon Terra Pinto (PPB)
Hely Tarquínio (PSDB)
Ibrahim Jacob (PDT)
Irani Vieira Barbosa (PSD)

Ivair Nogueira do Pinho (PDT)
Ivo José da Silva (PT)
João Batista de Oliveira (PSB)
João Leite da Silva Neto (PSDB)
Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)
Jorge Hannas (PFL)
José Arnaldo Canarinho (PSDB)
José Bonifácio Tamm de Andrada (PSDB)
José Castro Braga (PDT)
José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)
José Maria André de Barros (PSDB)
José Miguel Martini (PSDB)
José Militão Costa (PSDB)
Kemil Said Kumaira (PSDB)
Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PFL)
Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)
Marco Régis de Almeida Lima (PPS)
Marcos Helênio Leoni Pena (PT)
Maria José Haueisen Freire (PT)
Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)
Mauri José Torres Duarte (PSDB)
Miguel Arcanjo da Costa Barbosa (PSDB)
Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)
Olinto Dias Godinho (PL)
Paulo César de Carvalho Pettersen (PPB)
Paulo Piau Nogueira (PFL)
Paulo Sérgio Miranda Schettino (PTB)
Péricles Ferreira dos Anjos (PSDB)
Raul Lima Neto (PPB)
Rêmoló Reminho Aloise
Romeu Ferreira de Queiroz (PSDB)
Ronaldo Vasconcellos Novais (PL)
Sebastião Costa da Silva (PFL)
Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PPB)
Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)
Simão Pedro Toledo (PSDB)
Wanderley Geraldo de Ávila (PSDB)
Wilson de Oliveira Trópia (PV)
Wilson Pires Neves (PFL)

Em 3/1/97

Observação: nome parlamentar em negrito.

* - Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.373

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão, a vigorar a partir de 4/1/97:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo	AL-34
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Supervisor de Gabinete	AL-25
Supervisor de Gabinete	AL-25
Supervisor de Gabinete	AL-25
Assistente de Gabinete	AL-23

Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 3 de janeiro de 1997.

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Ermano Batista.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.374

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Ambrósio Pinto, a vigorar a partir de 4/1/97:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo	AL-34
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Supervisor de Gabinete	AL-25
Supervisor de Gabinete	AL-25
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Motorista	AL-10
Motorista	AL-10
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 3 de janeiro de 1997.

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Ermano Batista.

ATA

ATA DA 164ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e
Rêmoló Aloise

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Palavras do Sr. Presidente - **Discussão e Votação de Proposições:** Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 968/96; Requerimentos dos Deputados Antônio Júlio, Anderson Adauto, Marcos Helênio, Maria José Haueisen e Carlos Pimenta; deferimento; discursos dos Deputados Durval Ângelo, Maria José Haueisen, Anderson Adauto, Gilmar Machado, Marcos Helênio e Ivo José; votação do projeto, salvo emendas e destaques; aprovação; votação das emendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 33 e 34; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; votação da Emenda nº 705; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 2.018; discurso do Deputado Anderson Adauto; aprovação; votação das Emendas nºs 2.022 e 2.025; aprovação; votação da Emenda nº 2.244; discurso do Deputado Anderson Adauto; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação das Emendas nºs 2.245 e 2.246; rejeição; votação da Emenda nº 1.391; discurso do Deputado Gilmar Machado; aprovação; votação da Emenda nº 1.393; discursos dos Deputados Gilmar Machado e Péricles Ferreira; rejeição; votação da Emenda nº 1.754; discurso do Deputado Durval Ângelo; rejeição; votação da Emenda nº 1.993; discursos dos Deputados Marcos Helênio e Péricles Ferreira; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação das Emendas nºs 1.994 a 1.997; rejeição; votação da Emenda nº 2; discursos dos Deputados Maria José Haueisen e João Batista de Oliveira; declarações de voto; aprovação;

votação da Emenda nº 744; discursos dos Deputados Carlos Pimenta, Marcos Helênio e Péricles Ferreira; rejeição - Suspensão e reabertura da reunião - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.041/96; discursos dos Deputados Durval Ângelo e Marcos Helênio; leitura da Emenda nº 1; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação; declaração de voto - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.056/96; discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior; votação do Substitutivo nº 1; aprovação; prejudicialidade das Emendas nº 1 a 8 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.039/96; discurso do Deputado Durval Ângelo; apresentação das Emendas nºs 8 e 9; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Gilmar Machado e Carlos Pimenta; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação das Emendas nºs 1 a 7; aprovação; votação da Emenda nº 8; rejeição; questões de ordem; votação da Emenda nº 9; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 788/96; apresentação dos Substitutivos nºs 2 e 3; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto, com os substitutivos, à Comissão de Administração Pública - **ENCERRAMENTO**.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Carlos Pimenta - Cléuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20 e 24/96, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 968/96, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com 61 emendas que apresenta e com mais 3 emendas na forma de subemendas que receberam o nº 1. Opina, ainda, pela rejeição ou pela prejudicialidade das demais emendas.

- A seguir, vêm à Mesa e são deferidos, cada um por sua vez, nos termos do inciso XVII do art. 244 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Antônio Júlio, Anderson Adauto, Marcos Helênio, Maria José Haueisen e Carlos Pimenta, em que solicitam votação destacada para as Emendas nºs 705, 2.018, 2.022, 2.025, 2.244 a 2.246, 1.391, 1.393, 1.754, 1.993 a 1.997, 2 e 744.

O Sr. Presidente - Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras Deputadas, já no final do nosso ano legislativo, estamos apreciando o orçamento do Estado de Minas Gerais.

Inicialmente, há que louvar esta Assembléia Legislativa, que tem sempre demonstrado grande eficiência, aprovando o orçamento dentro dos prazos e permitindo ao Governo iniciar o novo ano já com o orçamento aprovado e estabelecer os seus gastos, suas despesas e sua política de arrecadação.

Há que se louvar também o trabalho árduo do relator Péricles Ferreira e o apoio da assessoria desta Casa, que se tem mostrado muito eficaz no seu trabalho. Infelizmente, a assessoria, como o resto dos servidores, sofre um arrocho salarial de quase dois anos, mas mesmo assim desempenha o seu trabalho com profissionalismo. Tanto ao relator como à assessoria da Casa, que trabalharam exaustivamente no orçamento, o nosso reconhecimento.

Mas, infelizmente, o que gostaríamos de destacar nesse orçamento é o grande prejuízo a todo o processo democrático promovido pelas audiências públicas regionais, que não foram levadas em conta na sua análise.

Inicialmente, houve um árduo trabalho, no ano passado, que mobilizou, nas diferentes regiões de Minas Gerais, milhares e milhares de delegados, na sua maioria eleitos em assembléias do orçamento em nível de município. Reuniram-se, discutiram os assuntos por dois dias e aprovaram suas propostas. E o Executivo, ao encaminhar o projeto a esta Casa, não destacou a questão das audiências públicas regionais. E o próprio relator entregou a diferentes bancadas partidárias regionais a lista de audiências para serem priorizadas. A nossa compreensão é de que deveriam ser convocados os delegados para que se posicionassem a respeito das propostas das audiências públicas regionais.

Encaminhamos ofício ao Presidente da Casa, no início de dezembro, e, como estamos hoje no dia 19, houve tempo suficiente para ser feita a consulta. Penso que ela coroaria o trabalho de tentativa de fazer um orçamento mais aberto, participativo e democrático.

Os Deputados de algumas regiões - e a informação que tenho é da Central 1 e da Central 2 - priorizaram, na discussão, as propostas aprovadas na seqüência em que foram apresentadas nas audiências públicas regionais. Mas, infelizmente, isso não aconteceu em outras regiões. E dou exemplos: tivemos regiões onde uma proposta aprovada por 400 votos foi preterida por propostas aprovadas por 50 ou 60 votos. Outro exemplo é que em algumas regiões a proposta aprovada foi a prioridade do consórcio de saúde, mas os Deputados esquartejaram essa proposta, dividindo a verba por cinco, oito ou dez cidades, em parcelas, pasmem os senhores, que começam até em R\$15.000,00 ou R\$20.000,00. Acho que não era essa a intenção da audiência pública regional.

Então, está aí nossa crítica ao orçamento, pois acho que poderíamos ter aproveitado a oportunidade para dar um passo a mais na consolidação da democracia, promovendo, realmente, em nossa relação com os delegados participantes das audiências regionais, processo maior de credibilidade, processo maior até mesmo de crescimento do Poder Legislativo. Nosso Poder é, antes de tudo, um Poder derivado: dado pelo povo, para ser exercido em seu nome e com o próprio povo, e não para substituir a vontade popular, nem para substituir um processo de consulta democrática, como foi o orçamento participativo.

Sabemos que o orçamento tem falhas, e a Bancada do PT vem registrando essas falhas. Inclusive, a Deputada Maria José Haueisen apresentou proposta alternativa, em que se vincula a questão das audiências a um quantitativo, em recursos, para que as propostas partam das regiões com maior racionalidade, dentro de visão mais técnica e mais concreta, para efetivar a gestão do orçamento. Sabemos que temos de caminhar muito, para chegar a um processo como o que temos em nossas prefeituras, e os dois grandes exemplos bem próximos são Belo Horizonte e Betim, onde, realmente, o povo é ouvido e participa.

Os Deputados não poderiam ter perdido essa oportunidade de dar destaque e valorizar as audiências públicas regionais. Poderiam ter ouvido, consultado a população, para que a discussão fosse feita a partir do que tivesse sido levantado em cada audiência pública regional. Se havia propostas enviadas que estavam em primeiro ou segundo lugar e não havia recursos suficientes para realizá-las, isso deveria ter sido dito aos delegados, e elas deveriam ter sido modificadas, porque não iríamos apresentar no orçamento proposta irreal, somente para abrir "janela" para uma proposta aprovada pelo povo. Acho que faz parte da democracia responsabilizar aqueles que participam do processo democrático até com a própria limitação técnica.

Então, perdemos essa oportunidade, e essa é nossa crítica principal, fundamental, ao orçamento que agora vamos aprovar.

O Sr. Presidente - Para encaminhar, com a palavra, a Deputada Maria José Haueisen.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos escutam nas galerias, também temos de reconhecer o trabalho que se há de fazer e que todas as pessoas que estão envolvidas com o orçamento devem fazer, para atender a todas as necessidades do Estado.

Entretanto, não podemos deixar de criticar e de repudiar a maneira, muitas vezes enganosa, com que os Deputados e a imprensa são tratados. Foi-nos dada a explicação de que o orçamento atenderia às prioridades das audiências públicas, e nós, mais uma vez, por ingenuidade, acreditamos; pensamos que isso realmente aconteceria. Entretanto, estamos vendo que aquela conversa de que não seriam atendidas as emendas

pontuais, as emendas paroquiais, as emendas eleitoreiras, não é verdade; várias delas foram atendidas.

Enquanto isso, emendas mais importantes, que atendem a toda uma região ou a todo seu povo, foram colocadas de lado com a alegação de que não há recursos para isso.

Claro que não consegui acompanhar e ler com detalhes todo o orçamento. Mas, de maneira especial, fui avaliar o que estava destinado para os vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Causou-me espanto ver a maneira como foram manipuladas as contas, os recursos e o orçamento para que acreditássemos que estávamos contemplados com alguma coisa, até mesmo com aquela que foi uma das prioridades das audiências públicas.

Vejam os senhores, especificamente em relação à verba destinada à irrigação, vimos que ela mudou apenas de lugar e de nome, com a destinação para pequenas barragens. Não vejo muita diferença entre irrigação e barragem, uma vez que a irrigação necessita prioritariamente de pequenas barragens. Às vezes, uma barragem, eu sei, pode ser usada para se conseguir força elétrica, ou para se conseguir a perenização dos rios, mas, sem dúvida, isso termina também favorecendo a irrigação.

Então, houve apenas deslocamento de local e de nome. Os recursos não eram para a irrigação, eram para barragens. E aí poderíamos acreditar que estávamos contemplados com a prioridade maior da audiência pública realizada em Araçuaí, que era a fruticultura, que precisava, sem dúvida nenhuma, de irrigação para o seu desenvolvimento.

Mais ainda, o orçamento previa R\$3.500.000,00 para isso. Entretanto, essa mesma quantia já está prevista também pelo Comunidade Solidária, nesse programa de melhora de oferta de água no semi-árido mineiro. Nesse programa, que faz parte do PMDI, já estão previstos R\$3.500.000,00 para cerca de 30 barragens.

Então, estamos vendo que os mesmos recursos são colocados de dois lados: pelo orçamento e pelo Comunidade Solidária. E aqueles R\$3.500.000,00 passaram pela RURALMINAS e terminaram no PADEM. O que é o PADEM? É o órgão que está servindo de balcão de negócios para que a ala governista consiga negociar o seu voto, que depois é dado no Plenário de acordo com o Governo.

Para reforçar o que estamos falando, leio para os senhores uma carta que recebi, com o mesmo conteúdo daquilo que já estávamos pesquisando e apurando. (- Lê:)

"Sra. Deputada

Peço-lhe a atenção para a Emenda nº 2.332, apresentada pela Comissão de Orçamento. Cada Regional teria três milhões (ou terá). As do Norte e do Jequitinhonha ficaram com quatro milhões. Acontece que pegaram três milhões do Jequitinhonha que estavam alocados na RURALMINAS para construção de barragens e passaram para a Secretaria de Assuntos Municipais no Programa PADEM. A justificativa inicial era de que esses recursos deveriam ser do orçamento da CODEVALE por ser órgão mais apropriado e direcionado ao vale de Jequitinhonha (até aí tudo bem). Mas ao invés de constar no orçamento da CODEVALE e aí seria verba com destinação específica, puseram no tal PADEM da SEAM. Para quê? Interesses pessoais de Deputados que manipulam esse tal de PADEM? Sou da SEPLAN e estou sabendo disso com estranheza."

Então, essa carta que recebemos, mandada por um funcionário que está a par do assunto. Essa carta vem reforçar aquilo de que já desconfiávamos.

Então, Sr. Presidente, agradecemos a explicação, e, para terminar, queremos dizer que a explicação pode ser dada ao dizer-se que o recurso é pequeno, ou por isso ou aquilo, mas já sabemos o que tem sido o PADEM neste Governo. O PADEM tem sido um balcão de negócios, o toma-lá-dá-cá. Quem aprovar os projetos de lei do Governo recebe um tanto para suas bases. É isso que temos de lamentar. Então, aquela história de que as audiências públicas seriam contempladas não é verdadeira. O vale do Jequitinhonha ficou por fora. Ele é usado em todos os discursos, quando se fala em pobreza e em dificuldade, e aparece na fala de todo o mundo, mas, na hora de votar e defender o interesse dos mais pobres, esse interesse é escamoteado por causa de outros interesses maiores.

Reforçamos aqui a necessidade de mais seriedade na distribuição de verbas. Para isso, o projeto já está aí tramitando, já foi apresentado, e que haja recursos destinados, marcados para cada região, para que não se diga depois que não houve recursos suficientes. É necessário que o Governo estabeleça recursos e determine o custo das obras que o povo vai levantando e que as audiências públicas não sejam mais uma forma de enganação. Essas audiências públicas têm de ser deliberativas e não propositivas. Se isso acontecer, vou admitir que, no próximo ano, o orçamento será feito com mais seriedade, com mais transparência e sem manipulação ou enganação. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Anderson Adauto.

O Deputado Anderson Adauto* - Sr. Presidente, Sra. Deputada, gostaria de ajudar no esclarecimento desse quadro, pois por um acaso eu estava no 23º andar, junto com as pessoas da Secretaria do Planejamento que vieram conversar com os Deputados e com o Líder da Maioria, Deputado Péricles Ferreira. Houve consenso entre os Deputados,

naquele momento, e o argumento era que a verba deveria sair da RURALMINAS para a Secretaria de Assuntos Municipais, porque entenderam que, como essa verba era pouca, se fosse entregue diretamente para as Prefeituras, elas conseguiriam.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, estamos aqui para encaminhar a votação do Projeto de Lei nº 968/96, referente ao orçamento, e queríamos fazer duas reflexões. Infelizmente, no País, mesmo depois de termos economia mais ou menos equilibrada, vimos que os orçamentos ainda continuam sendo uma peça de ficção. Houve alguns avanços, mas na grande maioria ainda continuamos com grandes vícios. No que diz respeito ao valor referente a despesas, temos alguns parâmetros mais claros, mas com relação à receita é feita expectativa muito grande que não é cumprida. São deixados espaços muito grandes para créditos suplementares. É necessário que os orçamentos sejam instrumentos que serão cumpridos. Caso contrário, gastamos muito tempo, todos os anos, como fizemos nas Comissões e como vamos fazer, aqui, agora, em Plenário. Na verdade, votamos esse pacote, que é o orçamento, em cinco volumes e, depois, ele não se concretiza. Vemos isso muito claramente, quando se abrem várias janelas. O orçamento continua sendo um grande casarão com várias janelas e, na verdade, não se sabe se todas elas serão abertas ou não, ou seja, se elas, de fato, vão trazer luz à Casa ou não. Entendemos que é fundamental modificarmos isso. Se há estabilização, que possamos, de fato, transformar isso em dado real. Ou seja, que o orçamento, de fato, possa expressar isso. E por que falo isso? Em primeiro lugar, porque o Governo vem aqui e diz que gasta mais de 70% com o funcionalismo. No orçamento, são 62,4%. Quem fala a verdade? É o orçamento que expressa a verdade ou é a fala posterior à votação do orçamento que é a verdadeira? Nós não podemos mais continuar convivendo com isso. Se não é verdadeiro, então não se coloque isso e não se tente fazer do funcionalismo massa de manobra. Entendemos que isso tem que acabar.

Uma outra questão é que o orçamento deste ano demonstra que vamos gastar menos e fazer menos investimentos no ano que vem. Do orçamento passado, para o ano de 1996, estavam previstos investimentos da ordem de R\$900.000.000,00. Neste orçamento, o valor caiu para R\$680.000.000,00, que é, por coincidência, quase a mesma coisa dos créditos duvidosos do BEMGE. Não sei se vocês pararam para pensar. O que pegaram emprestado no BEMGE - que não vão pagar e que todos os mineiros vão ter que cobrir - é a mesma coisa que nós, mineiros, vamos ter que pagar e vamos ter para investir durante o ano inteiro. Isso está colocado no orçamento. Ou isso também não é verdadeiro e o que está colocado no orçamento não expressa a realidade? Temos que questionar essas coisas.

Um outro ponto: houve redução de 1996 para 1997, no item saúde e educação. Os valores que tínhamos no orçamento para 1996 reduziram-se para 1997. Isso tem que ficar claro. O povo tem que saber que, se o orçamento for verdadeiro, Minas vai gastar menos em saúde e em educação. Mas eles dizem: "o orçamento é o que tivemos que fazer". Se tivermos que maquiá-lo para mostrar para alguém, sinto muito, então, mas é difícil votar em peça de ficção e num instrumento que não é real. Se ele não é a realidade, não tenho como votar, porque, particularmente, não acredito em fantasmas. Então, queríamos aqui deixar de público registrado o nosso questionamento sobre o orçamento, que continua ainda sendo uma peça de ficção. Não concordamos com as inúmeras janelas, com os investimentos que foram reduzidos e com o reajuste zero para o servidor. O Estado deve ao IPSEMG e não há previsão desse pagamento. Estamos aqui tentando renegociar uma dívida de R\$9.000.000.000,00 - estamos pegando emprestado R\$2.500.000.000,00 - para o IPSEMG, cuja finalidade é atender ao servidor, que já teve o desconto em seu contracheque. Para isso, o orçamento não prevê recursos. Assim, fica realmente muito difícil.

Então, são essas as considerações que gostaríamos de fazer, visto que o Deputado Durval Ângelo e a Deputada Maria José Haueisen já abordaram aqui as questões atinentes às audiências públicas. Vamos deixar de brincar com o povo de Minas, chamar as pessoas, fazê-las gastar dinheiro para saírem de suas cidades e ficarem uns dois dias inteiros discutindo, e, depois, não atendermos às suas reivindicações. Minas tem que apontar o caminho, mas que seja o correto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Com a palavra, o Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, profissionais da imprensa, vamos também insistir na questão da respeitabilidade das audiências.

A Assembléia conseguiu vender uma imagem de que as audiências públicas seriam fundamentais para colher opiniões e definir prioridades por região.

Acredito que, agora, está definitivamente encerrada essa fase, porque ela caiu, de fato, no descrédito. Acredito, também, que os representantes que foram eleitos naquelas audiências estão querendo satisfação sobre o que foi proposto para sua

região, uma vez que foram escolhidos para fazer esse acompanhamento. Mas, agora, parece que foi delegado aos Deputados majoritários o rateio dessas demandas colocadas no orçamento.

Quero dar ênfase, também, ao fato de que houve uma retaliação com relação a Belo Horizonte. Um projeto que foi defendido, veementemente, o tempo todo, pelo candidato do Governador, que é o do prolongamento da Av. Dom Pedro II, para que ultrapasse a Vila São José, chegando até a região da Pampulha, agora, quando de sua colocação em orçamento, foi vetado pela Casa.

Não tenho o costume de fazer emendas paroquiais, individuais, olhando interesses apenas eleitoreiros. Não faço isso, porque sei que, realmente, servem, apenas, para dar satisfação à sociedade, e não resolvem nada. Mas, como essas emendas já foram profundamente analisadas, considero que Belo Horizonte está sendo retaliada, em nível federal e estadual. Em nível federal, por parte de Deputados que procuram boicotar a implantação do nosso metrô, porque são coniventes com essas empresas de transporte urbano que não querem que o metrô tenha sucesso, da mesma forma que não querem o retorno do trem suburbano e de passageiros. Trata-se de um grupo que controla o sistema de transporte, e que está representado em Brasília e, aqui, na Assembléia Legislativa.

Então, lamentavelmente, temos de nos queixar de dois fatos: em primeiro lugar, da retaliação a Belo Horizonte, em nível federal e estadual, e, em segundo lugar, da desmoralização das audiências públicas. Acredito que nenhum Deputado terá novamente a coragem de participar de um debate das audiências públicas, criando expectativas, para, depois, não haver possibilidade de realização das propostas apresentadas. Portanto, queremos manifestar esse nosso protesto, antes de votar.

Por último, Sr. Presidente, faço uma queixa com relação a uma emenda, que foi solicitada pelo Ministério Público, sobre a dotação orçamentária para os diversos PROCONS, de diversas cidades. Trata-se de uma necessidade para a proteção ao consumidor, e o Ministério Público, que coordena os PROCONS, não tem recursos suficientes para cumprir o seu papel. E, infelizmente, também continuará sem os recursos, ou seja, não poderá exercer o seu papel de órgão fiscalizador, a não ser quando a Prefeitura assume esse papel, como é o caso da Prefeitura de Belo Horizonte, cujo PROCON é um dos mais atuantes do Brasil.

Portanto, temos de fazer, aqui, esse protesto, não por causa de emendas paroquiais, mas em favor de emendas que seriam objeto de interesse de uma grande coletividade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Ivo José.

O Deputado Ivo José* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, entendemos que a população do nosso Estado não deseja o retrocesso na discussão da aplicação dos recursos públicos.

Não é privilégio do PT a discussão do orçamento participativo. É bem verdade que o PT tem como bandeira discutir, nos municípios em que governa, os critérios de aplicação dos recursos ao longo do ano.

Na Constituição mineira de 1989, tivemos o avanço da inclusão das audiências públicas. Participamos, assim, de diversas delas, em que foram apontadas mudanças na conduta política referente ao tratamento do orçamento do Estado. Sabemos que existe muita dificuldade de implementar método que possibilite à sociedade de um Estado com as proporções de Minas Gerais participação efetiva na elaboração do orçamento.

Mais difícil ainda é a execução orçamentária. Preocupa-nos muito, ao apagar das luzes, as mudanças de método com relação ao tratamento que vem sendo dado desde a Constituição de 1989, implementada pelos mandatos mais recentes na Assembléia Legislativa.

Não podemos negar que foi muito importante todo o investimento que a Assembléia fez para proporcionar à sociedade mineira a participação na indicação das prioridades para o orçamento. Mas não podemos iludir a população. Não podemos deixá-la apenas na expectativa. Temos que fazer com que aconteça, na execução do orçamento, esse retorno, essa contrapartida necessária do Executivo para a população de Minas Gerais.

E, nesse momento de votação da lei orçamentária, fazemos um alerta: não retrocedamos e possamos, de fato, dar esse alento à população de Minas Gerais, que anseia por mudanças profundas na conduta política dos seus mandatários. E, para fortalecermos o Legislativo, temos que defender o orçamento participativo de uma maneira cada vez mais incisiva, para que possamos, de fato, ter condições de, ao retornar às audiências públicas, afirmar que a Assembléia está tratando com seriedade e dando condução devida ao que foi proposto na nossa Constituição e àquilo que foi exercitado, por diversos anos, nas Regionais deste Estado.

Não queremos, Sr. Presidente, de forma alguma, retirar dos Deputados a sua representatividade. Respeitar o que está na lei e atender à expectativa da população não enfraquece a relação do povo com seus representantes. Pelo contrário, a aperfeiçoa.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que nos preocupar, e muito, em

avançar, e não retroceder, naquilo que, de fato, constitui a democracia, naquilo que é fundamental, que é o recurso, o dinheiro. Só implementaremos a democracia se democratizarmos a aplicação do orçamento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas n°s 449, 1.392 e 1.672 na forma de subemendas que receberam o n° 1; 2.329 e 2.389, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em virtude da aprovação dessas emendas, ficam prejudicadas as Emendas n°s 33 e 34. Em votação, as emendas que receberam parecer pela rejeição, salvo os destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Rejeitadas. Em votação, a Emenda n° 705. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito a verificação da votação.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito aos Deputados que ocupem os seus lugares. Os Deputados que votaram a favor da emenda queiram se levantar. (- Pausa.) Os Deputados que votaram contra a emenda queiram se levantar. (- Pausa.) Votaram a favor 16 Deputados; votaram contra 22 Deputados. Rejeitada. Foi computada a presença do Presidente, completando o número de 39 Deputados presentes. Em votação, a Emenda n° 2.018. Para encaminhá-la, com a palavra, o Deputado Anderson Aduato.

O Deputado Anderson Aduato* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar gostaria de esclarecer aos nobres Deputados, principalmente aos do PSDB e do PTB, que já foi feito o acordo com o Líder do Governo sobre as três emendas que virão a seguir. Mas gostaria de explicar aos nobres Deputados o porquê do pedido de destaque.

Há um ano e nove meses, em conjunto com a área de planejamento, tenho trabalhado nesta Casa e junto ao Governador, principalmente para aprovar um projeto de lei que reputo da máxima importância para o Estado de Minas. Esse projeto permite a parceria da iniciativa privada na construção de obras de interesse público.

Essas três emendas que virão a seguir, tanto a 2.018, a 2.022 a 2.025, são frutos de entendimentos já realizados com o Governo do Estado, para que empresas do Triângulo mineiro possam fazer essas obras públicas, que são: duas estradas e um pronto socorro dentro de uma cidade, e mais a recuperação de outra estrada em outra cidade. O projeto de lei foi aprovado e já devidamente regulamentado, mas, infelizmente, a Secretaria do Planejamento esqueceu-se de incluir essas obras, que não serão construídas com recursos públicos. Repito: serão construídas com recursos da iniciativa privada, mas uma das condições básicas que foram aprovadas na lei e, depois, na sua regulamentação é que, mesmo a iniciativa privada fazendo a obra, é fundamental que ela esteja no orçamento. Caso contrário, a iniciativa privada não terá condições de fazê-la. Acredito que, exatamente por essas razões, tanto o Líder da Maioria quanto o Líder do Governo aceitaram fazer o acordo para que essas três emendas fossem aprovadas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda n° 2.022. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda n° 2.025. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda n°. 2.244. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Anderson Aduato.

O Deputado Anderson Aduato* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria apenas de ler as emendas. Em primeiro lugar, esclareço que tais emendas não foram objeto de negociação nem com a Liderança do Governo nem com a Liderança da Maioria. São emendas de texto, e julguei fundamental apresentar o pedido de destaque, já que estamos votando, neste momento, a renegociação de todas as dívidas que o Governo tem. A minha emenda proíbe o Executivo de fazer AROS, ou seja, adiantamento de receitas sem autorização da Assembléia Legislativa. Diz o seguinte: "O Poder Executivo não poderá realizar as operações de crédito por antecipação de receita sem prévia autorização legislativa". Julgo ser fundamental a aprovação desta emenda, porque se este parlamento deu um voto de confiança ao Governo, autorizando-o a renegociar todas as suas dívidas, no meu entendimento, é fundamental que este mesmo parlamento tenha um mínimo de controle, agora, sobre as dívidas futuras, principalmente as de curto prazo que serão feitas. Minha emenda diz exatamente isso, ou seja, que o Poder Executivo está proibido de fazer antecipações de receitas sem autorização prévia da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda n° 2.244, destacada pelo Deputado Anderson Aduato. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental o pedido. A Presidência vai proceder à verificação requerida.

- Proceder-se à verificação de votação.

O Sr. Presidente - Votaram a favor 18 Deputados. Votaram contra 31 Deputados. Está

ratificada a rejeição da emenda. Em votação, a Emenda nº 2.245. Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação a Emenda nº 2.246. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 1.391. Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Essa emenda visa a fazer justiça ao processo de negociação que está ocorrendo. Assim, o IPSEMG poderá ser contemplado com o início do pagamento do débito que o Estado tem com ele. Dessa forma, os servidores poderão ter o atendimento que merecem.

O Sr. Presidente - Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 1.393, que recebeu parecer pela rejeição. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - A Emenda nº 1.393 tem por finalidade assegurar que, no ano de 1997, os servidores possam ter reajustes salariais. Não concordamos com reajuste zero em 1997, porque o Estado já fez seus reajustes e a renegociação de sua dívida. A partir de maio ou junho, terá condições de equilibrar suas finanças. Além disso, há a previsão de elevação da receita em 18%. Não vemos razão para a falta de reajuste. A emenda diz que parte do crescimento da receita será usada para reajustar os salários dos servidores. Com esse objetivo é que estamos encaminhando essa emenda, contando com a aprovação dos Deputados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Péricles Ferreira.

O Deputado Péricles Ferreira* - Gostaria apenas de esclarecer ao ilustre Deputado Gilmar Machado que este relator, e muito menos o Plenário desta Casa, não somos contra um possível aumento para o funcionalismo público para o próximo ano, mesmo porque sabemos que ele está há dois anos sem nenhum reajuste. Não houve nenhuma intenção. Essa matéria foi rejeitada por mim, em primeiro lugar, pela insuficiência de recursos no orçamento. Teríamos que ter disponibilidade de mais de R\$800.000.000,00 no orçamento. Só assim poderíamos acolher a emenda. Por outro lado, gostaria de lembrar ao Deputado que essa matéria não é de proposta orçamentária. Aumento para o funcionalismo pode ser feito e deverá ser feito, tão logo o Estado tenha condição de superar esse déficit e reequilibrar suas finanças, no que estamos otimistas para o próximo ano. Isso poderá ser feito através de uma mensagem encaminhada por S. Exa. o Governador do Estado. Por isso, rejeitamos a emenda.

O Sr. Presidente - Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 1.754, destacada pelo Deputado Marcos Helênio. Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, sabemos que, com a cultura inflacionária que tínhamos, os orçamentos acabavam sendo verdadeiras peças de ficção. Hoje, quando já vivemos situação diferente, ainda não conseguimos que eles sejam concretos, objetivos e cumpridos. Muitas vezes, o Poder Executivo fica com o poder de paralisar determinadas obras, alocar recursos para outras, e o Legislativo não consegue fiscalizar a execução do orçamento, que é nossa função. Para esse fim, apresentamos uma emenda que garante, em nível orçamentário, que uma obra não pode ser reiniciada antes que 30% de uma outra esteja concluída.

Podemos ter várias emendas, muito bem apresentadas, negociadas pelos Deputados, com alterações baseadas em audiências regionais, que vão ser apenas figurativas.

Se todas as emendas "janelas" foram rejeitadas pelo relator, e partindo do princípio de que não há inflação, esse orçamento tem que ser real, tem que ser realizado. É por isso que estamos pedindo apoio para a nossa emenda.

Penso que temos que criar também nova visão do orçamento num processo não inflacionário, para que ele seja uma peça concreta e real. A intenção de todos nós é que seja iniciado, seja cumprido, seja executado aquilo que aprovamos. E a forma de garantir isso é votarmos a favor dessa emenda. Inclusive, num primeiro momento, em conversa informal com o relator, ela obteve a sua simpatia. Recebeu a sua simpatia porque, realmente, procura fazer com que o orçamento seja uma peça concreta.

O Sr. Presidente - Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 1.993, com parecer pela rejeição. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos aqui fazendo defesa, não por corporativismo, mas porque Belo Horizonte é a terceira cidade do País e precisa solucionar questões importantes. Os senhores, mesmo que não tenham votos aqui, vivem em Belo Horizonte, e sabem que é necessário resolver problemas de estrangulamento em alguns setores relacionados, principalmente, ao trânsito. Um pedido de R\$60.000.000,00 é muito pouco para uma cidade que é a terceira do País.

Penso que nesta hora não devemos levar em conta se a cidade vai ser administrada pelo PSB ou pelo PSDB. Importa, sim, que o Governador tenha compromisso com Belo Horizonte. Ela vai ser sede de um evento internacional, que será o Fórum das Américas, e nenhuma obra está sendo realizada a não ser a recuperação de um galpão,

debaixo do Viaduto Santa Tereza.

Estão sendo rejeitadas algumas emendas cuja execução significa muito pouco financeiramente. Não entendo o porquê. Vou destacar alguns pontos. Para desafogar o trânsito da Av. Cristiano Machado, sugere-se a ligação desta avenida com a Av. dos Andradas. É a chamada Via 710. Outro ponto seria estender a Av. Pedro II até a Av. João XXIII, na Pampulha, também passando pela Vila São José, onde a população vive em condições precaríssimas.

Essa foi uma proposta da campanha do Amílcar Martins, e não pode ser vetada somente porque ele foi derrotado. Seria revanchismo barato.

Um outro ponto seria a recuperação do mercado da Lagoinha, a construção de uma praça, de um cinema, já que a Central de Abastecimento está quase pronta.

Não vou destacar aqui a questão das unidades habitacionais, porque é uma necessidade de várias cidades, mas é fundamental que nos lembremos desses outros pontos.

O que são R\$60.000.000,00 para uma cidade do porte de Belo Horizonte, Capital que recebe grande fluxo migratório? Embora seja importante, não adianta fazer apenas essa redistribuição do ICMS; é fundamental dotar a cidade de melhores condições em alguns setores. Portanto, a destinação de R\$60.000.000,00 seria a quantia mínima de cooperação do Estado. Não incluir no orçamento essa verba seria puro revanchismo, com o qual o belo-horizontino não vai concordar.

Por fim, quero lembrar a responsabilidade dos Deputados que têm votação em Belo Horizonte: Raul Lima Neto, Ronaldo Vasconcellos, Alencar da Silveira Júnior, Miguel Martini. Quero ver, agora, a responsabilidade também desses Deputados.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Péricles Ferreira.

O Deputado Péricles Ferreira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de lembrar ao ilustre Deputado Marcos Helênio que todos nós, creio eu, somos votados em Belo Horizonte. Talvez eu não tenha tido, nesta cidade, a mesma quantidade de votos que ele obteve, mas honra-me muito ter sido votado em Belo Horizonte.

Entretanto, quanto à defesa das emendas que o ilustre Deputado faz, quero dizer que não houve, aí, nenhum sentido de retaliação à Prefeitura de Belo Horizonte ou à cidade de Belo Horizonte. O Governador Eduardo Azeredo foi Prefeito de Belo Horizonte e já mostrou que gosta desta cidade e que quer o seu bem.

Eu lembraria ao ilustre Deputado que tanto não há retaliação que, hoje, neste próprio orçamento, na proposta original do Governo, temos cifras muito maiores do que as cifras exigidas nessas emendas. Eu citaria, por exemplo, as contrapartidas dos projetos das obras de canalização do Onça; das obras do PROSAN, que estão sendo realizadas em Belo Horizonte; do pronto socorro de Venda Nova, etc.

Portanto, não há nenhuma retaliação por parte do Poder Executivo, por parte do Governo, ou, muito menos, por nossa parte, que integramos a bancada governista dentro desta Casa. O que não existiu, nobre Deputado, foi condição, dentro da proposta orçamentária, de realocar uma cifra que V. Exa. considera pequena, mas que, na verdade, não o é. Se V. Exa. verificar, verá que todo investimento dessa proposta orçamentária se restringe a pouco mais de R\$600.000.000,00, nos quais temos limitações. A gesticulação de V. Exa. não procede, porque temos limitações. Por exemplo, as obras que já foram iniciadas são prioritárias. E eu diria a V. Exa que, dentre todos os recursos, inclusive com a reserva de contingência, teríamos possibilidade de mexer apenas em R\$107.000.000,00. A Lei de Diretrizes Orçamentárias já nos obriga a deixar pelo menos 0,5% para a reserva de contingência. Então, de onde iríamos tirar mais R\$60.000.000,00 para colocar nessas obras, nessas emendas que V. Exas. fizeram para beneficiar a Prefeitura de Belo Horizonte? Da mesma forma, nobre Deputado, que Belo Horizonte não foi privilegiada, a minha querida Salinas, onde sou amplamente majoritário, também não foi privilegiada; Montes Claros também não foi privilegiada. Por absoluta falta de recursos. Esta foi a razão.

Portanto, não adianta aqui fazermos teatro, fazermos discursos eleitoreiros, apelarmos para a sensibilidade dos nobres pares desta Casa, dizendo que há uma retaliação a Belo Horizonte. Isso não é verdade.

O Sr. Presidente - Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Rejeitada.

O Deputado Durval Ângelo - Solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental.

- Procede-se à verificação de votação.

O Sr. Presidente - Votaram a favor da emenda 9 Deputados. Votaram contra 29 Deputados. Portanto, está ratificada a rejeição da emenda, uma vez que, com a presença do Presidente, completa-se o "quorum" de 39 Deputados.

- A seguir, são submetidas a votação e rejeitadas, cada uma por sua vez, as Emendas nºs 1.994 a 1.997, que receberam parecer pela rejeição.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 2, destacada pela Deputada Maria José Hauelsen, que recebeu parecer pela rejeição. Para encaminhar a votação, com a palavra, a Deputada Maria José Hauelsen.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui

defendendo uma emenda sobre a Zona de Processamento de Exportação - ZPE -, tendo como sede a cidade de Teófilo Otôni. Mas não é uma emenda paroquial que traz benefícios exclusivamente para Teófilo Otôni. Essa ZPE traz benefícios para toda a região do Sul da Bahia, o Norte e o Nordeste mineiros, inclusive pegando todo o interesse dos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e de São Mateus. As ZPEs, já instaladas e que funcionam pelo mundo, têm dado resultados altamente positivos.

Queria especialmente lembrar a cidade de Barcelona, que era uma cidade decadente, uma cidade onde já não havia possibilidade de emprego e de mercado. Ela cresceu e se desenvolveu depois que lá foi estabelecida uma ZPE.

Teófilo Otôni costuma realizar, anualmente, a Feira de Pedras. Para essa feira são atraídos compradores do mundo inteiro, sobretudo dos Tigres Asiáticos e dos Estados Unidos, que vão a Teófilo Otôni buscar aquelas jóias, aquelas pedras que são encontradas em toda a região das bacias do Mucuri e do Jequitinhonha, e levar para a sua terra.

A ZPE trará, sem dúvida nenhuma, maior mercado para aquela região pobre, carente, com problemas de emprego, de êxodo rural e tantas outras dificuldades.

A região do Sul da Bahia, dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri possuem a maior bacia gemológica do mundo, e não há nenhum exagero nisso. As melhores e maiores pedras são encontradas ali.

A região possibilita ainda o desenvolvimento da pecuária de corte para a exportação, uma vez que a ZPE não está sendo criada apenas direcionada para o problema da gemologia.

Também a citricultura poderá crescer, com frutas que podem ser desenvolvidas se houver a irrigação prevista nas audiências públicas. Essas frutas podem ser processadas, e o suco exportado. Também podem ser feitos doces dessas frutas, e tudo isso trará riqueza e emprego para a região.

O café, que é o produto da região, pode ser bem tratado, desenvolvido para produzir a melhor qualidade que é exigida para exportações. Mais ainda, os reflorestamentos de eucaliptos que estão acontecendo no Sul da Bahia, na região do Mucuri e do Jequitinhonha trarão, sem dúvida nenhuma, uma madeira renovável facilmente, uma madeira que pode ser usada para fabricação de móveis, mas também para ser exportada. Gostaríamos de contar com os Srs. Deputados para que, verificando a necessidade de desenvolvimento nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, fossem a favor da implantação da ZPE. Os trabalhos para a implantação já começaram. Alguns empresários já estão na luta há bastante tempo. Recentemente, alguns deles foram ao Oriente visitar os Tigres Asiáticos. Viajaram pela Europa, já buscando mercado para os produtos de exportação que vão aparecer com a ZPE na cidade de Teófilo Otôni. O Estado de Minas Gerais, por muitas vezes, ajudou outras empresas como a Fiat, a Mercedes-Benz e várias outras empresas que tentam se instalar no Estado. Entendemos perfeitamente essa necessidade. Vejam a transformação de Betim com a Fiat ali implantada.

Gostaria também que os senhores entendessem que a proposta de dotação orçamentária para a ZPE não é uma emenda paroquial, não é uma coisa específica para Teófilo Otôni. É o crescimento e o ressurgimento do vale do Mucuri e do Jequitinhonha. Queremos que os senhores entendam que o mundo está aberto para esse investimento. Não é possível que nós, da Assembléia Legislativa, fechemos a nossa razão, o nosso coração para tanta gente que necessita de emprego, de trabalho, e de melhores condições de vida. Empregos que viriam, sem dúvida alguma, para muitos. Empregos diretos e que viriam de outra forma com a instalação da ZPE em Teófilo Otôni.

Gostaria de contar com o apoio dos Srs. Deputados nesta emenda, que, para nós, é a redenção do Mucuri e do Jequitinhonha.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado João Batista de Oliveira* - Sr. Presidente, gostaria de reforçar a fala da Deputada Maria José Haueisen, muito embora a argumentação dela tenha muito conteúdo, e dizer o seguinte: toda vez que se fala em campanhas presidenciais ou estaduais, fala-se muito no vale do Jequitinhonha. É desnecessário lembrar que os benefícios dessa implantação da ZPE não seriam só para a cidade de Teófilo Otôni. Quando o Governo levou a Mercedes-Benz para Juiz de Fora, ele não estava beneficiando só aquela cidade, mas toda a região. Vou votar a favor da emenda, e acho que esta Casa poderia, neste momento, tomar uma posição de solidariedade com a população do vale do Mucuri e do vale do Jequitinhonha. Estamos falando de desenvolvimento. Acho que os técnicos que elaboram o orçamento deveriam receber este tipo de emenda com euforia. Essa seria uma atitude de solidariedade e de desejo de que o desenvolvimento seja igual para todos. Em Minas Gerais, o que vemos é que se desenvolve o Sul, a Zona da Mata, mas os vales continuam na maior pobreza.

Vejam os senhores quantos brasileiros vão até o Paraguai gastar dinheiro. A ZPE fará com que pessoas do mundo inteiro venham fazer compras no Brasil, acabando com esse contrabando que existe de pedras preciosas. À medida que o Governo legalizar isso, ele estará dando não só emprego e desenvolvimento a toda a região, mas também poderá

receber impostos de um comércio que hoje funciona clandestinamente. Então, gostaria de solicitar aos colegas apoio para esta emenda, que, na minha opinião, é respeitosa para com a população dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Declarações de Voto

O Deputado Raul Lima Neto - Agradeço a V. Exa. Não poderia deixar de me pronunciar na votação dessa emenda da companheira Deputada Maria José Haueisen, porque reconheço que ela tem um expressivo valor para todo o Estado de Minas Gerais, pois atinge, sobretudo, aquela região tão carente. Evidentemente, uma ZPE trará benefícios e evitará essa corrida tremenda que se dá ao Paraguai, para se gastar ali o dinheiro do nosso povo. Ela está de parabéns por essa emenda e pode contar com este parlamentar e com qualquer um que tenha a sensibilidade para promover o progresso de uma região como a do vale do Mucuri. Toda aquela região pobre, sem dúvida, estará com a nossa companheira Deputada Maria José Haueisen.

Mas fiz questão de subir a esta tribuna e de me destacar aqui, pelo menos para que todos me vejam, para dizer que este Deputado fez uma emenda ao orçamento tirando recurso da dívida ativa e transferindo para a segurança pública interna. Sabia, de antemão, que era uma emenda inconstitucional, razão pela qual para ela não pedimos destaque. Mas esperávamos a oportunidade de defendê-la com veemência aqui, para trazer à tona a importância de se canalizarem as verbas para as obras prioritárias. A prioridade do Governo deve ser sobretudo o homem, o indivíduo. A insegurança causa no coração da família a intranquilidade, que gera uma série de incertezas e de doenças psicossomáticas. É um absurdo dedicar apenas 1,3% do orçamento à segurança interna e à Polícia Civil. É um absurdo. Nossos militares, na realidade, são precipitados à corrupção e não têm condição de garantir segurança à sociedade, porque são inseguros com os salários miseráveis e vergonhosos que recebem. Mesmo sabendo que a nossa emenda é inconstitucional, nós a fizemos porque cremos que o Governador e as autoridades se sensibilizarão para essa urgente necessidade de consertar essa injustiça tremenda que existe em nosso Estado, a exemplo de todos os outros do nosso País, que é a verba destinada à segurança interna. Os encarregados de nos garantir a segurança recebem salários vis, como um carcereiro, que recebe um salário líquido em torno de R\$140,00 a R\$160,00 por mês. É um absurdo que queiramos que esses homens nos garantam a segurança. Tentamos passar de 1,3% para 8%, mexendo também no orçamento, ou seja, na parcela dedicada à Polícia Militar e à Polícia Civil, em que se poderia pagar a um detetive um salário inicial de R\$1.200,00 por mês, além de dobrar o contingente policial, tanto da Polícia Civil quanto da Militar. Aí, sim, teríamos segurança interna, condições de fazer uma seleção e, evidentemente, de cobrar a segurança, porque nasceriam ou aflorariam as vocações policiais, que são totalmente sepultadas pela injustiça que cometemos.

Isso vai aí, Sr. Presidente, apenas para reflexão de S. Exa. o nosso Governador e daqueles responsáveis por isso, porque se pode, por meio do Executivo, fazer uma emenda que não seja inconstitucional - porque isso é dever do Executivo -, e, assim, nós teremos justiça em nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, apenas, de frisar o nosso apoio. Na verdade, é uma questão óbvia, porque se trata de uma emenda muito importante, não só para Teófilo Otôni, mas para toda a região, porque irá influir muito na redenção econômica e social do vale do Mucuri, onde existe o maior bolsão de pobreza do nosso Estado, ao lado do vale do Jequitinhonha. E, realmente, com o apoio do Governo, poderemos, por meio da ZPE, levar maiores recursos para o desenvolvimento daquela região.

Mas gostaria, antes disso, Sr. Presidente, de frisar que o Governador Eduardo Azeredo já está dando total apoio à ZPE. Acho, assim, que a aprovação dessa emenda, por parte dos companheiros do Governo, daqueles que dão sustentação ao Governo nesta Assembléia, seria, até, uma questão de solidariedade com o próprio Governador, porque ele já autorizou o DER-MG a levar para lá todas as máquinas e equipamentos, para fazer o serviço de infra-estrutura, que está sendo feito por aquele órgão em Teófilo Otôni. Por isso mesmo, posso afirmar, aqui, com toda a certeza, que o Governador estará de acordo com a aprovação dessa emenda.

Peço a todos os colegas da bancada situacionista, àqueles que dão apoio ao Governo, que nos acompanhem nesta votação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 744, destacada pelo Deputado Carlos Pimenta, que recebeu parecer pela rejeição. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos sentindo a dificuldade do relator em receber mais de 2.500 emendas. Entendemos que os orçamentos de 1995 e de 1996 são orçamentos engessados, apertados, não havendo condições de se dar essa colher de chá, essa oportunidade ao Poder Legislativo de também apresentar propostas, que são amplamente discutidas com suas bases.

O Deputado Péricles Ferreira já tem sido o mais fiel possível à realidade do

orçamento do Estado, mas temos aqui, hoje, uma emenda - para a qual chamaria a atenção dos Deputados - que procura fazer justiça. Estamos solicitando que o Governo repasse recursos à Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES -, que é uma universidade gratuita, mas tem cobrado uma taxa de inscrição dos alunos matriculados, que concordam, até certo ponto, em pagar uma certa quantia. Acontece que, do ano passado para este ano, essa taxa irá saltar de aproximadamente R\$300,00 por aluno para quase R\$1.000,00 por aluno.

Está, hoje, em Belo Horizonte uma comissão de universitários, que saíram de Montes Claros em ônibus alugado por eles e, acredito, já percorreram os gabinetes dos Deputados, principalmente dos ligados àquela região.

A UNIMONTES não é uma universidade regional, mas estadual. Praticamente 70% de seus alunos vêm de outras regiões que não o Norte de Minas. Estamos pedindo ao Governo que transfira de sua famosa reserva de contingência - parece que ele não quer gastar, mas poupar até o último minuto - apenas R\$700.000,00 para a dotação orçamentária de sua universidade estadual, para manter as taxas que já existiam em 1995.

Antes de encerrar, gostaria também de dizer que havia apresentado outras 99 emendas para os municípios recém-criados do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha, mas elas foram atendidas exatamente por meio do "Projeto Robin Hood II", que dá oportunidade para que esses municípios recebam um pouco mais de recursos.

Aos Deputados, pediria, para essa emenda, a mesma compreensão que tiveram para com a Bancada do PT, que conseguiu aprovar algumas emendas importantes por meio de acordo.

Peço, sobretudo, ao companheiro Péricles Ferreira, se houver alguma chance, que nos dê a oportunidade de manter, em 1997, as taxas aplicadas em 1996. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Na verdade, estranhamos que essa Universidade esteja cobrando anuidade. Se for de R\$300,00, já é um absurdo, quanto mais falar em majoração para R\$1.000,00. Se isso estiver acontecendo, estão privatizando uma universidade que já recebe dotação orçamentária do Estado.

Essa deve ser orientação para esvaziar aquela universidade, da mesma forma que a UEMG já está esvaziada.

Entendemos, portanto, Sr. Deputado, que esses projetos precisam passar por reestruturação e, apesar da eleição direta naquela Universidade, está havendo perpetuação de diretores que não modificam essa postura.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Péricles Ferreira.

O Deputado Péricles Ferreira* - Não vou nem usar o tempo que teria para encaminhar a matéria. Gostaria apenas de dizer ao Deputado Carlos Pimenta que deixamos de acolher a emenda não porque a universidade está cobrando mais ou menos. É que a UNIMONTES já está sendo aquinhoadada, na proposta orçamentária, com mais de R\$12.000.000,00. Portanto, não há nenhuma justificativa para colocarmos mais R\$700.000,00, para acabar com taxa de matrícula ou coisa que o valha.

O Sr. Presidente - Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 968/96 com as Emendas nºs 449, 1.392 e 1.672, estas na forma das subemendas que receberam o nº 1, e as Emendas nºs 2, 1.391, 2.018, 2.022, 2.025 e 2.329 a 2.389. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência suspende a reunião por 10 minutos, para entendimentos sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.041/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel que especifica com José Braz. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Meu caro Presidente, Deputado Agostinho Patrús, colegas Deputados, Sra. Deputada, o Projeto de Lei nº 1.041/96 foi um dos projetos trazidos a esta Casa nas últimas três semanas do período legislativo. Então, gostaríamos de deixar bem claro que esse projeto não foi discutido à exaustão. E temos aqui manifestações da comunidade de Muriaé, contrárias à permuta, ou, em último caso, reivindicando que na permuta se preserve o prédio atual do fórum de Muriaé.

O primeiro documento que chegou à nossa mão é de autoria, inclusive, do partido que coordenou o movimento local contra essa permuta, ou seja, da Executiva Municipal do PSDB de Muriaé. Nele, foi expresso claramente que o prédio onde funciona o fórum é uma bela e sólida construção, com importância histórica e cultural - é o PSDB que diz isso e solicita que o tribunal aceite a sugestão de um terreno oferecido à Prefeitura gratuitamente, o que não oneraria os cofres públicos.

Temos também aqui uma carta do Presidente do PFL local, que argumenta praticamente no mesmo sentido, e diz mais: "O crescimento da cidade nos últimos anos, sem a adoção de adequado planejamento urbano, tem inviabilizado o trânsito de veículos, bem como o

estacionamento, notadamente no centro da cidade". Mais adiante: "A construção do fórum no local definido para a permuta contribuiria para conturbar ainda mais o trânsito de veículos, por tratar-se de rua de limitadas extensões.

E o PFL diz, no final, que o local cedido pela Prefeitura é de fácil acesso através de coletivo urbano e de veículos particulares. Diz que o local referido é extremamente adequado à obra em questão, pois fica no Horto Florestal Municipal de Muriaé.

Recebemos, além de um documento aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, manifestações do PSB e do PT, de sindicatos e do Prefeito Municipal, do PMDB, todas contrárias à permuta.

Entendo até a preocupação do Presidente do Poder Legislativo quanto a agilizar a votação do projeto, mas acho que há outras coisas por trás disso.

Se um terreno é doado, é de fácil acesso, se a comunidade se mobiliza contra a demolição do prédio atual e a Prefeitura indica outro local gratuitamente, por que fazer uma transação dessas, que implica ônus para o Estado? Quero entender o que está por trás disso.

Se não garantirmos a preservação do prédio, conforme tinha sido fechado em acordo de Lideranças, só nos restará votar contra o projeto.

O Sr. Presidente - Para encaminhar, o Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, já havia feito um encaminhamento com relação à questão do fórum de Muriaé.

É realmente obscura a razão da insistência do Tribunal de Justiça em adquirir um imóvel do Sr. José Brás, que nem sabemos quem é, já que a Prefeitura está colocando várias áreas à sua disposição. Além do mais, por que destruir um prédio que tem valor histórico?

Na verdade, é no mínimo suspeito formalizar essa composição que o tribunal está querendo impor à Casa. Somos contra tudo isso e solicitamos novamente que se retire de pauta o projeto, para que possamos discuti-lo melhor no próximo ano. Não podemos menosprezar o pedido que as Lideranças de vários partidos - PSDB, PFL, PSB, PT e outros - fizeram à Assembléia de não votar o projeto como está, alegando que isso estaria prejudicando a cidade de Muriaé. Portanto, nosso encaminhamento é totalmente contrário a essa negociação que está sendo pretendida.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Emenda nº 1. Com a palavra, o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Deputado José Bonifácio) - (- Lê:)

"EMENDA Nº 1

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 1º:

'Art. 1º -

Parágrafo único - Fica tombado o primeiro imóvel a que se refere este artigo, constituído de terreno com área de 707m2 e 70dm2 e respectiva benfeitoria, constante de um prédio com 609,53m2 de área construída.'."

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.041/96 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, gostaria de registrar que entendo que, mesmo com essa emenda, o problema fundamental a que me referi anteriormente não fica resolvido. Acho que há esforço de busca de entendimento.

Gostaria de dizer que temos dois Poderes muito vulneráveis - o Poder Legislativo e o Poder Executivo - e sujeitos à crítica da população, inclusive à crítica maior, que se dá por meio do voto. Discordo muito que se trate o Poder Judiciário como se fosse uma vaca sagrada intocável, que não mereça nenhum tipo de reparo ou nenhum tipo de crítica. Se não mudarmos essa questão, nunca construiremos a democracia neste País.

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.056/96, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 8, que apresenta. No decorrer da discussão, foi apresentado um substitutivo ao projeto, de autoria do Deputado José Bonifácio, que recebeu o nº 1. Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, venho a esta tribuna para encaminhar favoravelmente, e aproveito para comunicar aos Srs. Deputados que ontem, no teatro da Assembléia Legislativa, foi entregue o Troféu Onda, que contemplou os melhores profissionais do rádio e da televisão.

Alguns colegas podem estar perguntando por que estou vindo à tribuna, agora, fazer esse registro. Esclareço: entre nós, na bancada da imprensa, está a companheira da Rádio Itatiaia, Sônia Pessoa, que recebeu o troféu como Revelação Feminina do Rádio,

pelo trabalho que desenvolveu nesta Casa durante todo o ano, fazendo cobertura em toda a programação da Rádio Itatiaia. Por isso, neste momento, Sr. Presidente, estou fazendo esse registro. Em outra oportunidade, voltarei a falar sobre isso, sempre parabenizando todos aqueles que, de uma forma ou de outra, fizeram coberturas, colaboraram e contribuíram para a divulgação dos nossos trabalhos durante este ano.

Lembrei-me ontem, com satisfação, de que, em 1992, também depois de cobrir esta Casa e sair para fazer coberturas esportivas na emissora onde trabalho até hoje, fui também contemplado como Revelação Masculina do Rádio.

Aos que receberam o Troféu Onda, que premia os melhores profissionais do rádio e da TV na Capital e no Estado, os nossos parabéns, e em especial à jornalista Sônia Pessoa, Revelação Feminina do Rádio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.056/96, na forma do Substitutivo nº 1. A Presidência informa ao Plenário que, em virtude da aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 8. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.039/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. Em discussão. Para discutir, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, queremos, novamente, registrar o fato lamentável acontecido ontem, nesta Casa, relacionado com o Projeto de Lei nº 1.039. A proposta do PT, desde o primeiro momento, foi contra a privatização do BEMGE, por um princípio ideológico do Partido. No nosso entendimento, o Estado precisa ter algum instrumento para intervir no processo econômico. A existência de um Banco é fundamental. Já demos vários exemplos aqui e não gostaríamos de ocupar o precioso tempo dos Srs. Deputados para continuar a mencioná-los.

Trouxemos a esta Casa Secretários e Diretores do Banco, para debaterem a situação do BEMGE. Em uma Comissão desta Casa, conforme registro em gravação, o atual Presidente do BEMGE, espontaneamente, sem ser interpelado, afirmou que houve incidência maior de empréstimos irresponsáveis, gerando a grande inadimplência do Banco, exatamente no segundo semestre de 1994. Foi ele quem afirmou isso. Então, a Bancada do PT começou a questionar a razão por que, em vista do rombo dos Bancos de quase R\$800.000.000,00, a incidência maior de empréstimos ocorreu no segundo semestre de 1994, período em que aconteceram as eleições gerais no nosso Estado.

Não é preciso ser nenhum Einstein, ou ter QI elevadíssimo, para concluir que se trata de período eleitoral e que existe motivação eleitoral para tal fato. Nesse período, era Governador do Estado o Dr. Hélio Garcia que, esta semana, na segunda-feira, exigiu uma CPI do Banco, pois queria que as coisas ficassem esclarecidas, dada a sua responsabilidade e a de seus auxiliares. E, à época, um dos seus auxiliares, como Secretário Adjunto da Fazenda, era o atual Presidente do BEMGE.

Coletamos 41 assinaturas. Tivemos grande decepção, não no relacionamento pessoal ou em questão moral, mas naquilo que acreditamos deva ser a representação parlamentar. O parlamentar tem de se impor como membro do Poder, como aquele que tem palavra e compromissos, e a palavra dita tem de ser firmada. Depois, 17 Deputados retiraram seus nomes. O que concluímos disso, além da desmoralização do Poder? Concluímos que o Governo não quer o esclarecimento, não quer que os fatos venham à tona e que a verdade seja restabelecida. Então, não temos outra coisa a fazer senão votar contra o projeto. A Bancada do PT não está obstruindo. Poderia, talvez, prorrogar o processo por uma semana, no máximo. Mas votaremos contra o Projeto nº 1.039, concordando que a negociação da dívida é correta. Ela tem de ser negociada, apesar de sabermos que estamos enxugando gelo, porque o grande problema da dívida pública, os juros da dívida pública, vai engolir o que o Estado arrecada e o que pretende alcançar, ou seja, o crescimento econômico e o desenvolvimento do seu setor tributário. Então, nosso voto é contrário. Estranhamos que o Governo não queira que a verdade seja restabelecida no que se refere ao BEMGE. Já que o projeto de privatização do BEMGE tinha sido aprovado, a CPI correria paralela e não atrasaria a renegociação da dívida, nem a venda do BEMGE prevista para o fim do ano. Assim, vemos que existe muita coisa escondida nesse caso do BEMGE, que, infelizmente, compromete a própria seriedade do setor público no Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.039/96

EMENDA Nº 8

Suprima-se do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.039/96 a expressão "Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - BEMGE -".

Sala das Reuniões, de de 1996.

Anderson Aduato

Justificação: Segundo consta na Mensagem nº 153/96, enviada pelo Governador do Estado a esta Casa Legislativa, o projeto de lei em questão prevê a adoção de providências destinadas ao saneamento das finanças públicas do Estado, como consequência e em estrito cumprimento do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal voltado para esse objetivo.

As medidas saneadoras contidas no projeto foram consubstanciadas em um protocolo de acordo entre o Governo Federal e o Governo mineiro em 26/9/96, que somente chegou a esta Casa Legislativa, para o nosso conhecimento, no dia 3/12/96, em uma reunião de comissão que discutia o projeto.

Entre as medidas, está a privatização do BEMGE, considerado o mais eficiente e moderno dos Bancos estaduais, que teve sua origem nas fusões dos Bancos Hipotecário e Agrícola e Mineiro da Produção. Portanto, com experiência de 85 anos no desenvolvimento mineiro.

Há vários anos a instituição tem apresentado lucros significativos, não precisando recorrer a assistência financeira, ao contrário de outros Bancos estaduais e de inúmeros outros privados.

Hoje, a instituição conta com 766 pontos de atendimento e aproximadamente 1.800.000 clientes. A sua privatização acarretará demissão em massa, e o esvaziamento econômico será inevitável em municípios que tiverem agências desativadas, ocasionando migração de poupanças e pequenas empresas para centros maiores, tendo em vista que serão transferidos os pagamentos de salários, aposentadorias, pensões, recolhimentos de impostos, pagamento de duplicatas e demais transações financeiras.

Segundo consta, 50% dos municípios de Minas Gerais possuem apenas agências ou postos de serviços dos Bancos estatais; 16% de nossos municípios não possuem nenhuma assistência bancária; 223 municípios, com população de aproximadamente 1.300.000 habitantes, contam somente com agências ou postos de serviços do BEMGE.

A privatização desse Banco só acarretará transtornos ao povo mineiro. Ademais, sua venda pouco contribuirá nos investimentos ou na redução da dívida estadual.

Pela importância da matéria, esperamos contar com os nobres pares desta Casa para aprovação desta emenda.

EMENDA N° 9

Acrescente-se onde convier:

"Art. - As alienações dos imóveis rurais ficam condicionadas à prévia avaliação da sua utilização para a reforma agrária."

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 1996.

Marcos Helênio

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas duas emendas ao projeto, a Emenda nº 8, do Deputado Anderson Aduato, e a Emenda nº 9, do Deputado Marcos Helênio. Nos termos do § 4º do art. 196 do Regimento Interno, a Presidência vai submeter as emendas a votação, independentemente de parecer. Portanto, com a palavra, para encaminhar, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Deputado Durval Ângelo já se posicionou, e queríamos, também, mencionar as modificações que tivemos de fazer no 2º turno. Entendemos a justeza da emenda apresentada pelo Deputado Paulo Piau com relação ao empréstimo da FINEPE para a construção de um laboratório do IMA. Mas entendemos, também, que é preciso acabar com a prática do envio de emendas na última hora. Trata-se de um empréstimo de R\$9.000.000,00. Não é uma importância qualquer. Chegou ontem, tivemos de examinar agora e votar, caso contrário poderíamos perder esse tipo de empréstimo. Gostaríamos que aprendêssemos, mas não sei se vamos conseguir isso. Há seis anos estou aqui e não tenho visto nenhum esforço para acabarmos com essa prática. Mas, como cristão, temos esperança de que as coisas possam melhorar, senão perdemos o sentido da vida. Então, tenho esperança de que um dia não mais sejamos obrigados a ficar aqui, no final do ano, desgastando-nos, muitas vezes nos estressando, para resolver, na última hora, coisas que poderiam ser resolvidas ao longo do ano. Votaremos favoravelmente à emenda apresentada. Mas o grande problema é a falta de tempo quando ela chega aqui.

Em relação à lista de imóveis, fica difícil fazermos aqui um exame detalhado. Não sabemos o que está funcionando neles, se uma escola ou um posto de saúde. Vamos ter que aliená-los sem saber direito nem os valores.

E ainda há a questão das terras. Estaremos passando também terras. O Deputado Marcos Helênio está com a Emenda nº 9, que esperamos ser aprovada. Foi feito um seminário nesta Casa, onde se dizia que estaríamos priorizando a questão da reforma agrária, que terras do Estado seriam usadas para esse fim. De repente, chega-nos esse projeto. Se não houvesse essa emenda, a questão iria passar em branco. Não damos conta de examinar todas as emendas. Há um volume enorme de coisas a serem examinadas. Queremos deixar esse protesto registrado, pois essas matérias chegam na última hora.

No que diz respeito à renegociação da dívida, entendemos que é importante o processo de renegociação, mas queremos saber exatamente quem a fez, de quanto é, para que, de

fato, o povo possa se reunir para ajudar a pagar. Não podemos pagar dívidas, como gosta de dizer o Secretário da Fazenda, dívidas ocultas. Não podemos mais aceitar isso. Isso é típico no caso do BEMGE. Estaremos colocando em torno de R\$600.000.000,00 nesse Banco, sem saber direito para quê. Vamos aprovar créditos duvidosos para o povo pagar. É muito fácil. O povo paga. Queremos saber quem fez a conta, por que fez e quais as penalidades para quem a fez. Quais são as penalidades para quem a fez? Nenhuma. Infelizmente, não conseguimos que fosse feita apuração criteriosa. Ficam aqui as dúvidas. E o Governador Hélio Garcia vai ter que carregar a dúvida com ele. Em campanhas eleitorais futuras, tanto ele quanto o Governador do Estado vão ter que explicar ao povo de Minas as dúvidas, o porquê dos empréstimos ocultos no segundo semestre de 1994. Queríamos esclarecer, mas tem gente que prefere que os governadores se expliquem nas campanhas eleitorais. Então, que esperem o momento de fazê-lo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Em relação ao projeto, acho que ele foi democraticamente discutido com a participação da oposição.

Mas pedi a palavra para explicar o motivo que tive ao retirar minha assinatura do pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito solicitada pelo PT. Assinamos a solicitação do PT, como também assinamos a do Deputado Ajalmar Silva. Havia duas solicitações para a instalação de uma CPI. O Líder da Maioria entendeu, após discussão ampla com aqueles que haviam apostado suas assinaturas no pedido da CPI, que o processo, neste final de ano, iria atrapalhar o andamento dos trabalhos desse projeto do Governador. Tenho por norma assumir toda a responsabilidade dos meus atos. Quando empenho a minha palavra, tenho o cuidado de garanti-la. Penso que, na questão do BEMGE, isso deve ser divulgado, mas o encerramento do ano legislativo não seria o momento ideal para esclarecermos os fatos. Vamos procurar esclarecer com o Governador do Estado e com as autoridades os questionamentos, embora acredite - e tenho o testemunho de vários Deputados - que esta Casa não tem nenhum direito, nenhum caminho legal para quebrar sigilo de ninguém.

Na época da CPI do VAF, foi feita a solicitação de quebra do sigilo bancário de empresas envolvidas, denunciadas oficialmente. A resposta que tivemos, tanto por parte do Banco Central quanto da justiça, foi que não tínhamos o direito nem como quebrar o sigilo bancário de ninguém. Isso ficou claramente explícito nas palavras do Presidente do BEMGE. No início do ano legislativo, vamos procurar uma outra maneira. Temos que dar essa satisfação à sociedade mineira. Temos o direito de querer que os envolvidos nessa questão do BEMGE se expliquem diante dos questionamentos. O caminho não é a CPI, no momento. Esperamos que a Casa encontre, juntamente com o PT, um caminho para clarear tudo isso.

Já adiantamos, por várias vezes, que queremos ter conhecimento desses passivos ocultos que foram admitidos pelo Presidente do BEMGE. Mas, com a devida vênia, não concordamos com a palavra do Deputado Durval Ângelo. Penso que não houve quebra de palavra de nenhum parlamentar. Houve a inoportunidade de se instalar essa comissão no final da sessão legislativa. Esperamos que, no próximo ano, possamos trilhar caminho mais tranquilo e que a comissão não caia no descrédito e no ridículo de ter a resposta, por parte das autoridades judiciárias, de que não temos o direito de quebrar o sigilo bancário de ninguém. O caminho não é esse. Temos que encontrá-lo com diálogo e determinação, principalmente de minha parte, para que as coisas sejam clareadas.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação as Emendas n°s 1 a 7, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda n° 8, do Deputado Anderson Aduato, que vai ser apreciada sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n° 9, sem parecer, do Deputado Marcos Helênio.

Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Pela ordem, Sr. Presidente. Solicitei lá de trás a verificação, porque a emenda foi vitoriosa. Não se levantou a Bancada do PT, nem a Bancada do PMDB.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Durval Ângelo que quem determina o resultado da votação é o Presidente. O Presidente verificou que houve rejeição da Emenda n° 8. Quando V. Exa. solicitou verificação, já estávamos votando a Emenda n° 9.

O Deputado Durval Ângelo - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda n° 9, sem parecer. Para encaminhar, o Deputado Durval Ângelo. Comunico ao Deputado Durval Ângelo que a Presidência não vai aceitar de V. Exa. nenhuma palavra de oposição quanto à decisão do Presidente com relação à Emenda n° 8.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, tenho 5 minutos de prazo. V. Exa. poderia

me passar a palavra para encaminhar.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Durval Ângelo que o tempo será zerado enquanto o Presidente estiver falando. Muito obrigado. Informo ao Deputado Durval Ângelo que há um acordo quanto à Emenda nº 9. E V. Exa. já encaminhou uma vez.

O Sr. Presidente - V. Exa. já encaminhou o projeto. Portanto, não pode encaminhá-lo pela segunda vez. O que a Presidência vai fazer é, por liberalidade, conceder a palavra a V. Exa., pela ordem, novamente, para que V. Exa. possa se manifestar. O Presidente está calmo e gosta de ouvir a palavra do Deputado Durval Ângelo, Líder do PT, até para que ele possa esclarecer, também, as posições do Presidente. Assim, dou a palavra, pela ordem, ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Acho que a colocação final de V. Exa. exprime a forma correta de agir. A intervenção de V. Exa., ao final, até desarma o que eu iria falar anteriormente.

Quero deixar bem claro que é V. Exa. quem proclama o resultado, mas que qualquer Deputado, regimentalmente, pode questionar, pode exigir verificação. Isso é garantido pelo Regimento Interno, porque, afinal de contas, ainda estamos numa democracia. Não é o caso de V. Exa., mas alguns podem até ter saudades do contrário. Mas estamos numa democracia.

Assim, nada me obriga a solicitar a verificação ao microfone; posso solicitá-la de qualquer uma dessas cadeiras. Se fosse obrigatório que a solicitação fosse feita ao microfone, V. Exa. ou, quem sabe, a próxima Mesa (o Deputado Ivo José, que estará na Mesa), deveria providenciar um microfone para cada cadeira de Deputado. Porque, em primeiro lugar, V. Exa. comunica que, para a votação, o Regimento Interno estabelece que o Deputado tem de estar sentado. Ora, não se pode estar sentado à frente do microfone. Não há jeito de se fazer isso.

Então, quero deixar claro que, na Emenda nº 8, cujo autor não estava aqui para encaminhar, embora devesse estar, eu nem esperava que essa fosse a manifestação do Plenário. Talvez, se eu tivesse essa expectativa, até estaria ao lado do microfone, para que o grito fosse audível para o Presidente e o Plenário. Quer dizer, houve manifestação da maioria, de todos os Deputados do PMDB, de Deputados isolados de outros partidos, mas alguns se esqueceram de se levantar. Assim, minha questão é que a emenda anterior, por cochilo do Governo, teve maioria de votos em Plenário. E, ao pedir a verificação, também não havia aqui o número regimental de 39 Deputados.

Agradeço a V. Exa., mas, depois, quero conversar sobre essa questão de o Deputado que encaminha o projeto não poder encaminhar emenda. Esse procedimento não foi usado nem uma vez aqui. Se V. Exa., que já tem 10 anos de parlamentar, viu esse dispositivo hoje, é natural que nós, novatos, não o conhecêssemos. Não foi o caso de V. Exa., mas, para o bom andamento dos trabalhos, para um processo democrático, a assessoria não pode tirar cartas da manga, na última hora. Muito obrigado. Agradeço o tempo.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Durval Ângelo. Apenas para esclarecer o Plenário, a Presidência vai ler o art. 266. (- Lê:)

"Do Encaminhamento de Votação

Art. 266 - Anunciada a votação, esta poderá ser encaminhada pelo prazo de 10 minutos, incidindo sobre a proposição no seu todo, em conjunto com as emendas, mesmo que a votação se dê por partes."

Então, Deputado Durval Ângelo, só retifico nas palavras de V. Exa. que não tenho 10 anos de parlamentar, mas 14, e, realmente, não me lembrava desse dispositivo, até mesmo porque são tantos os dispositivos do Regimento Interno que não podemos nos lembrar de todos. Mas, na verdade, o Deputado tem de encaminhar, ao fazê-lo, somente por uma vez, e tem de encaminhar o projeto como um todo, com as emendas, mesmo que a votação seja feita em parte, como é o caso deste projeto. Portanto, em votação, a Emenda nº 9.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, só para esclarecer, quando a emenda é destacada, é possível. Talvez, então, o problema aqui seja que não houve destaque desta emenda.

O Sr. Presidente - Exatamente.

O Deputado Durval Ângelo - Está esclarecido, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Percebo que o Deputado Durval Ângelo entendeu. Se tivesse sido destacada, teriam direito a falar um Deputado a favor, um contra e o relator. Mas é uma emenda que foi apresentada e está sendo votada sem parecer. Em votação, a Emenda nº 9, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada a Emenda nº 9. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.039/96 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 7 e 9. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 788/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de a TELEMIG implantar senha para acesso ao seu serviço 900 e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Administração Pública opinam por sua aprovação

na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 788/96

Dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de telefonia acessados pelo prefixo 900 no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O acesso aos serviços de telefonia oferecidos por meio do prefixo 900 somente será facultado às linhas em que se tenha prévia e expressa autorização do titular do direito de uso.

Parágrafo único - É de responsabilidade das prestadoras de serviços indicados neste artigo a instalação dos mecanismos necessários ao bloqueio desses serviços.

Art. 2º - Os serviços classificados pelas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações como de interesse público ou de informações úteis à comunidade poderão ser prestados sem a exigência da prévia e expressa autorização do titular do direito de uso.

Art. 3º - Considera-se gratuita a utilização do serviço quando fornecido em desacordo com os termos desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de dezembro de 1996.

Alberto Pinto Coelho

Justificação: O prefixo 900 é oferecido pela TELEMIG para as empresas que prestam serviços classificados como de informações úteis (como "Disque-Prece", "Ligtel", "Disque-Classificados", etc.) e de entretenimento (como "Só-Namoro", "Tele-Amizade", etc.).

Para os serviços de informações, não se pode nem se deve inibir o acesso do usuário com a utilização de senhas, autorizações formais e outras. Isso não ocorre com os serviços de mero entretenimento, onde o acesso deve, obrigatoriamente, ser controlado pela empresa responsável pela telefonia pública, de modo a somente permitir o acesso aos usuários e familiares mediante manifestação expressa destes.

SUBSTITUTIVO Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 788/96

Dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de telefone acessados pelo prefixo 900 no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O acesso aos serviços de telefonia oferecidos por meio do prefixo 900 somente será facultado às linhas em que se tenha prévia e expressa autorização do titular do direito de uso.

Parágrafo único - É de responsabilidade das prestadoras de serviços indicados neste artigo a instalação dos mecanismos necessários ao bloqueio desses serviços.

Art. 2º - Os serviços classificados pelas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações como de interesse público ou de informações úteis à comunidade poderão ser prestados sem a exigência da prévia autorização do titular do direito de uso.

Parágrafo único - Os serviços expressos no "caput" deste artigo deverão ser bloqueados quando solicitado pelo titular do direito de uso da linha.

Art. 3º - Considera-se gratuita a utilização do serviço quando fornecido em desacordo com os termos desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 1996.

Raul Lima Neto

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foram apresentados dois substitutivos, um pelo Deputado Alberto Pinto Coelho, que recebeu o número 2, e outro pelo Deputado Raul Lima Neto, que recebeu o número 3. Nos termos do § 2º do art. 195 do Regimento Interno, a Presidência devolve o projeto e os substitutivos à Comissão de Administração Pública, para receberem parecer.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 3/1/97, a seguinte comunicação:
Do Deputado Dinis Pinheiro, Líder do PSD, dando ciência da indicação do Deputado Miguel Barbosa como Vice-Líder do PSD nesta Casa (- Ciente. Publique-se.).

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 3/1/97, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 167/97*

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 1996.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 13.261, que dispõe sobre a cobrança de multa por infração às normas de trânsito.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões do veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Vem à minha sanção a Proposição de Lei de nº 13.261, que "dispõe sobre a cobrança de multa por infração às normas de trânsito".

Embora concordando, em tese, com a matéria, sinto-me no dever de negar-lhe aquiescência, por razões de ordem constitucional e de interesse público.

Constitucional porque a matéria, nos termos do artigo 22, inciso XI, da Constituição da República, é da competência legislativa privativa da União, que a vem exercendo por meio do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 21/9/1966), e não existe lei complementar que autorize os Estados a legislar sobre o assunto (parágrafo único do artigo 22 citado).

De interesse público porquanto, havendo, como há, legislação federal sobre a matéria, consolidada no mencionado Código Nacional de Trânsito e em sua regulamentação (Decreto nº 62.127, de 16/1/1968), é de todo inconveniente que se editem normas paralelas, geradoras de desacertos.

Por esses motivos, deixo de sancionar a Proposição de Lei nº 13.261, que devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 26 de dezembro de 1996.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 168/97*

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 1996.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto parcial à Proposição de Lei nº 13.267, que dispõe sobre o financiamento de equipamento corretivo para portador de deficiência.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões do veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Recebo, para que eu a sancione, a Proposição de Lei nº 13.267, que "dispõe sobre o financiamento de equipamento corretivo para portador de deficiência".

Ao examiná-la, verifico, porém, que a regra de seu artigo 3º, segundo a qual "as

taxas de juros incidentes sobre o valor financiado serão menores que as praticadas pelos Bancos no trimestre anterior", não deve subsistir, uma vez que é de caráter eminentemente aleatório, o que não é admissível no campo das finanças públicas, em que as despesas e receitas devem ser fixadas e estimadas "a priori". Disso defluiu que as taxas de juros de financiamento, qualquer que seja sua natureza, devem ser estabelecidas de antemão, no próprio contrato de financiamento, para que não ocorra surpresa e conseqüente desequilíbrio no orçamento do Estado.

Além disso, cabe lembrar, se o financiamento for feito através de banco do Estado, haverá o impedimento de tratar-se de matéria compreendida no sistema financeiro nacional, regulado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil.

Assim, por considerá-lo inconveniente e contrário ao interesse público, oponho veto ao artigo 3º da Proposição de Lei nº 13.267, que devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 26 de dezembro de 1996.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Carlos Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal, apresentando pedido de desculpas por não poder estar presente à reunião especial para homenagear a justiça eleitoral, quando também ele seria homenageado, e informando que indicou o Desembargador Gudesteu Biber Sampaio para representá-lo nessa solenidade.

Dos Srs. Francelino Pereira, Senador; Odelmo Leão e João Fassarella, Deputados Federais, agradecendo o convite para participarem da solenidade de lançamento da antologia "Belo Horizonte: a Cidade Escrita".

Do Sr. João Fassarella, Deputado Federal, comunicando que, em atenção a requerimento do Deputado Carlos Pimenta, encaminhou ofício ao Presidente do Banco do Nordeste do Brasil para análise do pedido feito pelo referido parlamentar.

Do Sr. Bonifácio de Andrada, Deputado Federal, informando, em atenção a requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, que o pedido para prorrogação do prazo para vencimento das dívidas contraídas pelos produtores rurais junto ao Banco do Nordeste do Brasil conta com seu apoio.

Do Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, informando, em atenção a requerimento do Deputado Carlos Pimenta, que a direção do Departamento de Recursos Hídricos do Estado já foi orientada com o objetivo de adotar as providências necessárias à realização dos estudos propostos. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.804/96.)

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado, encaminhando expediente da Prefeitura e do Presidente da Câmara Municipal de Varginha, equivocadamente dirigido a essa Secretaria.

Do Sr. Isaac Ainhorn, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, informando que aquela Casa aprovou, em atenção a requerimento do Vereador Raul Carrion e outros, moção de repúdio à venda, pelo Governo Federal, da Cia. Vale do Rio Doce.

Do Sr. Aluísio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS, encaminhando cópia do "Relatório Síntese das Atividades em 1995", daquela instituição.

Do Sr. Carlos Eloy Carvalho Guimarães, Presidente da CEMIG, encaminhando cópia do 13º Balanço Energético Estadual 1978-1995, que contém informações sobre produção, comércio externo e consumo de energia no Estado.

Do Sr. Hildeberto Santos Araújo, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS -, prestando esclarecimentos acerca de supostas irregularidades na execução das obras de infra-estrutura hidráulica do Projeto Tabuleiros de Russas e tendo em vista determinação do Conselho de Administração daquele órgão. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Eurico Wellington Ramos Liberatti, Capitão-de-Mar-e-Guerra e Assessor-Chefe de Comunicação Social do Gabinete do Ministro da Marinha, informando, em atenção ao Ofício nº 2.743/96, que o assunto foi encaminhado ao Serviço de Documentação da Marinha, que, brevemente, sobre ele enviará resposta a esta Casa.

Do Sr. Raimundo Afonso de Araújo Lima, Vereador à Câmara Municipal de Itabira, solidarizando-se com o movimento conduzido pelo Deputado Alberto Pinto Coelho contra a privatização da Companhia Vale do rio Doce e encaminhando cópias da ata da 38ª Reunião Ordinária e de manifesto assinado por Vereadores daquela Casa, em que explicitam seu apoio ao "Manifesto do Povo Brasileiro - a Vale do Rio Doce e o Interesse Nacional".

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado, encaminhando informações sobre os valores transferidos aos municípios mineiros em novembro de 1996, comparados aos valores de novembro de 1995, com os resultados da Lei nº 12.040, de 29/12/95. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Da Sra. Cremilda Eugênia Lopes Vilas Boas, Diretora de Suprimento Escolar da Secretaria da Educação, informando, em atenção a pedido feito pelo Deputado Sebastião

Costa, que aquela Pasta está desenvolvendo um projeto para prover as escolas públicas rurais de energia elétrica, água potável e saneamento básico, em parceria com o Ministério das Minas e Energia e órgãos estaduais. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.697/96.)

Da Sra. Carmelina dos Santos Rosa, Secretária dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça em exercício, comunicando que foi firmado convênio entre aquele Ministério e a Federação Brasileira de Entidades de Cegos, destinando verbas ao Projeto Curso de Formação de Dirigentes de Organizações de Cegos. (- À Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.)

Da Sra. Helena Maria Penna Amorim Pereira, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, enviando o catálogo dos Salões de Artes e Literatura do Servidor Público Municipal.

De Presidentes e integrantes de associações e conselhos comunitários de pequenos produtores rurais do Município de Capelinha, solicitando o auxílio deste Legislativo para que venham a ter acesso aos empréstimos concedidos pelo Programa PRONAF. (- À Comissão de Agropecuária.)

Do Sr. Antônio Eustáquio André, Presidente da Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados do Ceasa - MG - ARBECE -, sugerindo emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.039/96, no que se refere à privatização do CEASA-MG. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.039/96.)

Do Sr. Marcos Letayf Macedo, Diretor da Tema Consultoria Econômica e Financeira Ltda., reiterando solicitação de que lhe seja informado se ficou constatado, durante a CPI do VAF, algum procedimento irregular imputável à empresa mencionada e a seu sócio majoritário. (- À CPI do VAF.)

Do Sr. Estevam Jesuíno de las Casas, Superintendente Central de Administração de Transportes, Imóveis e Serviços da Secretaria de Administração, comunicando, com referência ao Projeto de Lei nº 1.011/96, que foi realizada consulta à Secretaria da Educação e, tão logo ela se pronuncie a respeito, esta Casa será cientificada. (- À Comissão de Justiça. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.011/96.)

Do Sr. Estevam Jesuíno de las Casas, Superintendente Central de Administração de Transportes, Imóveis e Serviços da Secretaria de Administração, comunicando, com referência ao Projeto de Lei nº 1.035/96, a situação em que se encontra o imóvel mencionado no inciso II do art. 1º da proposição e, relativamente ao imóvel referido no inciso I do mesmo artigo, comunicando que a Secretaria da Segurança Pública será consultada a respeito. (- À Comissão de Justiça. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.035/96.)

Do Sr. Vicente Sebastião da Costa, Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes, tecendo considerações sobre o assunto "reeleição".

Do Sr. Osvaldo Guimarães Tolentino, agradecendo ao Presidente desta Casa o discurso que fez em sua homenagem na reunião especial realizada em 11/12/96.

TELEGRAMAS

Dos Srs. Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça; Ademir Lucas e Bonifácio de Andrada, Deputados Federais; José Maria Caldeira, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região; Eduardo Barbosa, Secretário do Trabalho; Ronan Ramos Oliveira, Chefe do Cerimonial e Relações-Públicas do Governo do Estado; e Luiz Rogério Mitro de Castro Leite, Secretário Adjunto de Administração, agradecendo o convite para o lançamento da antologia "Belo Horizonte: a Cidade Escrita".

Dos Srs. Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça, e Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da CEF, agradecendo o convite para a reunião em homenagem à Justiça Eleitoral.

Do Sr. Saraiva Felipe, Deputado Federal, agradecendo convite para participar de solenidade.

Do Sr. Homero Santos, Presidente do Tribunal de Contas da União, agradecendo o convite para a reunião especial de inauguração do Centro de Memória Política de Minas.

Do Sr. José Maria Borges, Presidente do IPSEMG, agradecendo convite para participar de solenidade.

CARTÕES

Dos Srs. Jaime Martins, Deputado Federal; José Rafael Guerra Pinto Coelho, Secretário da Saúde e da COHAB-MG, agradecendo o convite para a inauguração do Centro de Memória Política de Minas.

Do Sr. Tomaz Aroldo da Mota Santos, Reitor da UFMG; do Cel. Néelson Fernando Cordeiro, Comandante-Geral da PMMG; e da Sra. Judite Franklin Vidal, Delegada de Administração, em Minas Gerais, do Ministério da Fazenda, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à justiça eleitoral.

Do Sr. Tomaz Aroldo da Mota Santos, Reitor da UFMG, agradecendo o envio da publicação "Ciclo de Debates - Reforma Agrária em Minas Gerais".

Dos Srs. Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Alysson Paulinelli, Secretário de Agricultura; do Cel. Geraldo Nagib Salomão, Chefe da 11ª Circunscrição de Serviço Militar; e da Sra. Judite Franklin Vidal, Delegada de Administração, em Minas Gerais, do Ministério da Fazenda, agradecendo o convite para o lançamento da antologia "Belo Horizonte: a Cidade Escrita".

Do Sr. Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI-MG, agradecendo pela reunião especial desta Assembléia em homenagem aos 25 anos da entidade.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

218ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 17/12/96

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras da imprensa, gostaria de fazer a leitura de um requerimento que queremos apresentar nesta tarde. Queremos pedir à Mesa que, se possível, aprecie este requerimento no menor espaço de tempo possível. Seu teor é o seguinte:

- Lê requerimento em que solicita providências urgentes em favor das Câmaras Municipais do Estado que estão ameaçadas de redução do número de Vereadores. A justificação é a que segue.

"Justificação: Entendemos que somente através de mudanças na legislação eleitoral poderá ocorrer qualquer modificação na composição das Câmaras Municipais. Os cidadãos que disputaram o pleito eleitoral deste ano, concorrendo aos cargos de vereadores, o fizeram baseados na legislação vigente e não podem aceitar as modificações pretendidas pelos Promotores Públicos, neste momento em que se preparam para as diplomações e posses que ocorrerão no dia 1º/1/97.

Entendemos, ainda, que somente uma modificação nas leis orgânicas de cada município poderá determinar, para as futuras eleições, uma mudança na composição político-partidária de cada cidade.

A ALEMG não pode ficar omissa neste momento e deve usar sua estrutura em favor dos nossos companheiros legisladores municipais, por ter melhor estrutura e pela possibilidade de mover uma ação única, abrangente para todo o Estado, em defesa dos Vereadores."

Tenho em mãos recortes dos principais jornais de circulação estadual - "Estado de Minas" e "Hoje em Dia" - nos quais a Promotoria Pública insiste na redução do número de vereadores em algumas cidades do Estado. Historicamente, dos três Poderes, o mais visado é o Poder Legislativo. Entendemos que é uma ingerência indevida e uma precipitação da Promotoria Pública querer mudar a regra do jogo das eleições às vésperas da posse dos futuros Prefeitos e Vereadores. Em Montes Claros, cidade de 300 mil habitantes, o Promotor insiste na redução de 21 Vereadores para 11. Isso tem causado grande preocupação nos Vereadores que, legitimamente, venceram as eleições, tiveram o voto livre e a expressão democrática do povo montesclarensense e, agora, estão ameaçados de não tomarem posse, de não serem diplomados na próxima quinta-feira.

Hoje, tive contato com alguns deles, que nos pediram para que esta Assembléia venha interceder em favor desses Vereadores e de todos os Vereadores do Estado que estão ameaçados pelo Poder Judiciário.

Fica o nosso apelo, porque achamos que a ação desta Casa é devida, é legítima, porque é em defesa da soberania do Poder Legislativo. Já não basta o sacrifício e o massacre que este Poder vem sofrendo de parte do Poder Executivo ao longo dos últimos anos e das últimas décadas?

Nesta oportunidade, pedimos que o Presidente constitua e promova, através da assessoria jurídica, uma defesa ampla das Câmaras Municipais de todo o Estado. Entendemos que temos condições para isso e não podemos ficar omissos neste momento importante, dando uma resposta aos nossos companheiros Vereadores. Sabemos do valor do Vereador, porque iniciamos a nossa vida pública como tal, na Câmara Municipal de Montes Claros, por três mandatos seguidos, chegando mesmo a ocupar a Presidência daquela Casa.

Muitos são os Deputados que iniciaram sua vida pública como Vereadores. Temos que dar essa resposta. Não podemos ficar omissos, nem fazer ouvidos de mercador a este pedido. Solicitamos providências através desse requerimento que passo à Mesa, tornando público, através da imprensa, o nosso posicionamento, porque corremos o risco de ver o Poder Legislativo, mais uma vez, massacrado, humilhado por outro

Poder, que, historicamente, esteve também ao nosso lado, em situação de desvantagem, ao compararmos com o todo-poderoso Poder Executivo. Muito obrigado.

O Deputado Rêmolo Aloise* - Sr. Presidente, em vista da leitura do relatório das atividades da 2ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura, eu, na condição de 1º-Secretário desta Casa, ao iniciar os trabalhos e colocando-me como Deputado àquela 1ª-Secretaria, e hoje, terminando, praticamente, o nosso mandato, quero externar aos amigos desta Casa os mais profundos agradecimentos por me terem colocado num lugar de tão grande destaque, que é a 1ª-Secretaria. Tentei fazer as coisas da melhor maneira possível. Tentei cumprir, por dever de ofício, as atribuições que a mim foram delegadas. Se não as cumpri de maneira melhor, foi porque as dificuldades, às vezes, nos levaram a não fazê-lo. E, ao encerrar essas palavras, quero deixar a todos os colegas o meu muito obrigado pela maneira como me trataram. Deixo a 1ª-Secretaria com a certeza de ter cumprido meu dever de ofício. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, demais pessoas presentes nas galerias, vamos, daqui a pouco, votar um dos projetos mais importantes deste final de período legislativo. E, mais uma vez, queremos deixar registrado, em nome da Bancada do PT, que já não é possível continuarmos aprovando projetos dessa natureza, um projeto de renegociação da dívida no valor de R\$11.000.000.000,00, com um tempo mínimo para debate e discussão. O Governo do Estado assinou um protocolo com o Governo Federal no dia 1º/10/96. Passou o mês inteiro de outubro sem enviar o projeto. Passou o mês inteiro de novembro, e só o enviou a esta Casa no final do mês, mesmo já sabendo quais seriam os itens e os critérios que deveriam constar em um projeto de lei, no mês de outubro, fazendo com que tivéssemos um processo de votação prejudicado. Os técnicos da Secretaria da Fazenda passaram seis meses analisando o projeto, para que o Governo pudesse assinar o protocolo. Depois, tiveram mais dois meses, totalizando oito meses. Depois, eles o mandaram para cá, para ser votado em, apenas, 15 dias.

Já não podemos conviver com essa prática. Já dizíamos, na legislatura passada - e continuamos afirmando nesta legislatura -, que o processo de endividamento deste Estado chegaria, em determinado momento, a uma situação de não-governabilidade. E isso ficou provado agora. O Governo mandou o projeto para alongar o perfil da dívida; só no caso da dívida mobiliária, seriam mais de R\$6.000.000.000,00. Somando as demais dívidas, como as da MGI, as da Aros e os empréstimos que fizemos no ano passado, para pagamento do 13º salário, daria em torno de R\$9.000.000.000,00. Para a reestruturação do sistema financeiro, foram mais R\$2.500.000.000,00. Não podemos discutir isso como se fosse algo muito simples, porque os mineiros levarão 30 anos para pagar essa dívida, sem contar as novas, que estarão sendo feitas, sem que possamos ter um aprofundamento da sua repercussão. Já sabemos que estaremos comprometendo de 13% a 15% do nosso orçamento com o pagamento da dívida, penalizando, mais uma vez, os investimentos e a melhoria das condições de trabalho e de vida dos nossos servidores.

Além disso, conseguimos aperfeiçoar algumas coisas nesse projeto, porque não era possível perder o controle da política de abastecimento. Conseguimos, por meio de uma emenda, manter a política de abastecimento sob o controle do Estado. A mesma coisa ocorre com os pequenos produtores, por meio do Mercado Livre do Produtor, conhecido popularmente como "pedra". Além disso, era fundamental, e conseguimos modificar outro ponto, pois o Governo queria, além dos imóveis e bens que ele já colocava no projeto, uma carta em branco para negociar outros bens. Com a modificação feita, que pretendemos aperfeiçoar no 2º turno, se quiser entregar outros bens do patrimônio público, o Governo terá que consultar a Assembléia, porque já não podemos assistir a essa entrega.

Já fizemos o destaque da Emenda nº 14 e faremos também o da nº 15, que se refere ao BDMG. A primeira refere-se ao BEMGE, e queremos dizer que discordamos da privatização desse Banco. Estaremos votando contrariamente, porque temos uma concepção diferente, de que é possível manter o sistema financeiro do Estado para atender às questões sociais, com políticas agrícolas e habitacionais definidas. É exatamente por isso que discordamos. Além do mais, temos, ainda, as dúvidas levantadas pelo atual Presidente do Banco, Dr. José Afonso Bicalho, de que houve empréstimos duvidosos, principalmente no segundo semestre de 1994. Não podemos fazer essas vendas. No caso do BDMG, quando do encaminhamento da votação, nós nos estaremos posicionando melhor. O BDMG já não será um Banco, mas uma agência, que vai ser definida, no futuro, pelo Conselho Monetário Nacional. É Minas Gerais abrindo mão das suas prerrogativas, das suas definições políticas. E estaremos de joelhos, esperando que o Governo Federal defina como será essa agência, deixando o BDMG de existir.

Discordamos dessa concepção, porque Minas Gerais sempre se pautou pela independência e luta pela liberdade. Foi assim com os nossos antepassados, que se levantaram contra a Coroa portuguesa, e nós lutamos porque queriam levar as nossas riquezas. Lutamos contra a entrega do nosso patrimônio.

Em outros momentos, levantamos a voz pela liberdade, e este Estado é conhecido pela

sua tradição de luta e resistência. Infelizmente, o que estaremos fazendo na questão do BEMGE e outros é exatamente abrindo mão do nosso patrimônio, da nossa tradição de luta e nos colocando de cabeça baixa, curvados, diante do Governo Federal, para que ele faça o que quer. Mas vamos continuar, podem nos intitular do que quiserem, de dinossauros, de qualquer coisa, de qualquer outro elemento pré-histórico, vamos resistir enquanto tivermos voz, vamos colocar nossa posição contrária à entrega do patrimônio público do povo de Minas Gerais.

Essa é a posição da Bancada do PT, a qual queremos deixar clara. Não podemos assistir passivos à entrega do patrimônio, sem que haja reação. A reação existe, e, em algum dia, a história fará justiça àqueles que levantaram a voz contra a entrega do patrimônio do povo de Minas Gerais, como já ocorreu em outros momentos da nossa história. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, retorno à tribuna para encaminhar, agora de forma destacada, a Emenda nº 14. Nosso objetivo, com relação a essa emenda, é que o BEMGE fique fora da relação das empresas que são dadas como garantia para a renegociação da dívida. O nosso objetivo é que o BEMGE saia da lista e que possamos ter uma reestruturação do sistema financeiro do Estado, e, ao mesmo tempo, possamos fazer todos os levantamentos necessários, a fim de verificar quais foram os períodos em que o Banco foi deficitário.

No Governo passado, o BEMGE vinha dando lucro. De dois anos para cá, ele começou a ter problemas, começou a apresentar rombos, a apresentar déficit. Nós temos de saber por que isso está ocorrendo. Entendemos ser necessário que tenhamos uma política diferenciada para o setor, fazendo com que, de fato, o Banco tenha uma função diferenciada, apesar de o Secretário João Heraldo achar que não mais existe a função social. Essa função ainda existe, na minha concepção. Não mais podemos aqui ficar à mercê dos créditos ocultos. Não podemos mais ficar, nesta Assembléia, votando com base em passivos ocultos. Precisamos de ter as coisas muito claras e transparentes. O que desejamos, nesse projeto, é clareza e transparência para enxergarmos a real situação do BEMGE, para sabermos qual deverá ser seu destino. Não podemos fazer a sua entrega. Vamos fazer mais um empréstimo de R\$220.000.000,00, que o Presidente não sabia para quê. Segundo ele, era para resolver o problema da MGI, mas, para isso, já existem R\$175.000.000.000,00. Dizia que o empréstimo seria para resolver o problema da AÇOMINAS, mas, para ela, já existe um empréstimo para resolver o problema das ações. Depois, ele diz que seria para cobrir o passivo oculto ou créditos mal dados. Não podemos aceitar que o povo de Minas pague a conta de pessoas que tomam o dinheiro emprestado e não têm como devolvê-lo, pois o povo tem que pagar pesado e os servidores ficarem sem reajuste, para que alguns ganhem. E nada acontece, porque ninguém vai apurar. Pega-se o dinheiro, sem garantia. Não é responsável quem emprestou nem é punido quem lançou mão do recurso indevidamente sem ter como pagá-lo. Aí, todos nós, mineiros, nos reunimos para pagar a conta. Discordamos dessa lógica e vamos votar contra. Votaremos a favor da emenda porque ela nos permite fazer com que o BEMGE permaneça. Espero que possamos trabalhar em um processo transparente e claro, para que o Banco, de fato, volte a cumprir sua finalidade de atenção ao conjunto da população do Estado de Minas Gerais.

É por isso que a nossa Bancada diz, mais uma vez, que não podemos. O Tribunal de Contas nos mandou o perfil da dívida numa série de informações, e vamos continuar votando sem o aprofundamento da questão. Essa é a crítica que fazemos. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez retornamos a esta tribuna e isso vai se tornar uma rotina, porque vamos ter outros projetos de taxa ou orçamento. Posso parecer, para alguns, um chato, principalmente, para quem estiver assistindo o canal 40. Mas, infelizmente, tem que ter o chato. E, nós vamos, aqui, fazer esse papel. É o que compete à Oposição. Sabemos que vamos ser massacrados pelo rolo compressor, mas vamos cair de pé.

O objetivo de nossa Emenda nº 15 é suprimir o art. 8º do Projeto de Lei nº 1.039. É o que diz respeito à situação do BDMG. Pela proposta do Governo, o BDMG, a partir da aprovação desse projeto, deixa de ser um Banco e será transformado em uma agência. Que tipo de agência? Não sabemos.

Vou ler o art. 8º para não dizerem que estou inventando: "O Poder Executivo fica autorizado a tomar as providências necessárias para adaptar a empresa pública Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - às normas que vierem a ser editadas pelo Conselho Monetário Nacional e aplicáveis às agências de fomento, respeitadas a sua personalidade jurídica atual. O que significa isso? O BDMG deixa de ser um Banco e será transformado numa agência, cuja finalidade vamos conhecer quando o Conselho Monetário Nacional definir as normas e as regras. Saberemos, então, se vai ser uma agência pequena, se vai diminuir funcionários, se vai ter um ou vários pontos de atuação e qual será a sua finalidade. Não concordamos com essa prática. É dar cheque em branco para o Conselho Monetário Nacional. Ele decide. Que Brasília resolva os nossos problemas, porque, nós, mineiros, não queremos mais discutir. Preferimos que

as normas venham de lá.

A Bancada do PT não concorda com essa lógica, e vamos votar contrariamente.

O Deputado Anderson Adauto* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acompanhei, nas comissões, esse projeto de lei. Solicitei, do Tribunal de Contas, o assessoramento técnico para que pudéssemos ter uma certeza maior daquilo que estávamos votando, exatamente porque estamos falando de uma cifra de mais de R\$11.000.000.000,00, ou seja: é muito dinheiro. Segundo, estamos falando em um processo de renegociação de 30 anos: bastante tempo. Serão outros sete Governadores que virão depois do Governador Eduardo Azeredo, e serão sete novas legislaturas pela frente. Nós estamos votando tremendamente inseguros, principalmente com relação aos bens que o Estado está colocando à disposição do Governo Federal.

Gostaria de aproveitar o momento do encaminhamento para fazer, também, a minha declaração de voto. Abstive-me de votar o projeto, embora seja favorável ao projeto de renegociação, e não poderia ser diferente. Sou a favor de que o Estado consiga renegociar as suas dívidas, mas sou contrário à forma como o Governo está fazendo a renegociação. Primeiro, o Governo utilizou o processo de renegociação para encaixar nele, por baixo do pano, um projeto de privatização. Aceito a discussão sobre um novo modelo de Estado, em que o Estado de Minas Gerais possa, até mesmo, deixar de ter um Banco. Podemos optar por isso, porque podemos chegar à conclusão de que os problemas que temos nas áreas da saúde e da educação são sérios e podemos politicamente abrir mão do princípio de ter um Banco. Mas, da forma como está sendo conduzido o processo, não temos condições de acompanhar e de apoiar esse projeto. Por isso, alertei o Sr. Secretário da Fazenda, quando estive aqui, para a preocupação que eu tinha com o Governo, com relação ao julgamento que ele possa ter na história, como o Governo mais entreguista que o Estado já teve. Segundo, preocupa-me, ainda com relação a essa emenda, que o Estado de Minas Gerais esteja abrindo mão de todas as suas prerrogativas. Estamos entregando ao Governo Federal, da forma como ele bem entender, o futuro Banco de Desenvolvimento que vamos ter. A partir do momento em que a Assembléia Legislativa votar favoravelmente à rejeição da emenda, estaremos abrindo mão de todas as prerrogativas que temos. No caso, o Governador do Estado, o Vice-Governador do Estado, que encaminhou, e seus técnicos da área econômica, abriram mão - e não sei em nome de quem - de saber que tipo de agência de desenvolvimento vamos ter. Não querem saber nem o tipo de fim que vai se dar ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Meus amigos, se o Governador do Estado, o Vice-Governador do Estado e os Secretários estão abrindo mão dessa prerrogativa tão séria que lhe foi dada, no momento em que foram eleitos, recuso-me a abrir mão dela. Aproveito a oportunidade para conclamar os nobres companheiros, Deputados, para não abrirem mão para as autoridades monetárias nacionais, que, também, não têm a moral de exigir esse sacrifício do Estado de Minas Gerais. A partir do momento em que eles instituíram um PROER, essas autoridades monetárias deixaram de ter a capacidade moral e a competência para exigir esse sacrifício do nosso Estado, que é a segunda economia do País. Eles não podem invadir Minas Gerais e dizer, simplesmente, que o BDMG vai acabar como Banco, e, no seu lugar, vai nascer uma agência de desenvolvimento, que nós, mineiros, não saberemos como será. Concluindo, Sr. Presidente, dou a minha declaração de voto, dizendo que não tenho condições de votar a favor desse projeto, em que o Governador, o Vice-Governador e os seus técnicos da área econômica fizeram essa abertura para que as autoridades monetárias do Governo Federal possam chegar aqui dentro do Estado e fazer o que bem quiserem com o patrimônio mineiro. Recuso-me a dar esse voto.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a emenda em questão autoriza não o Executivo mas o Banco Central, ao modificar a legislação, criando bancos de fomento, que o BDMG vai ter essa estrutura. Não se ressalva a competência da Assembléia Legislativa na definição da estrutura administrativa, na questão de cargos e da própria natureza do Banco. Estamos abrindo mão de uma prerrogativa nossa. Essa política de submissão às normas do Conselho Monetário Nacional, ao neoliberalismo implantado pelo Governo Federal, no sentido de sucatear os serviços públicos, não acontece somente nessa questão do BDMG. A entrega, pura e simples, do BEMGE, representa uma traição ao Estado de Minas Gerais, num momento em que vemos que o BEMGE é uma verdadeira caixa preta, com empréstimos subsidiados, empréstimos fraudulentos concedidos no segundo semestre de 1994, em pleno período eleitoral. A afirmação de incidência maior de débitos nessa época eleitoral não é nossa, mas do próprio Presidente do BEMGE, que fez tal declaração em uma Comissão desta Casa. Hoje, não podemos aceitar essa política entreguista praticada pelo Governador do Estado, principalmente quando tramitam, nesta Casa, dois pedidos de CPI para o BEMGE. O mais correto seria, portanto, excluir o BEMGE das privatizações, até que pudéssemos ter um resultado real e efetivo dessas duas CPIs.

A grande questão que se coloca é a quem interessa, hoje, tal privatização? O que desejam esconder, através dessa posição do Estado, assumindo os custos dessa

inadimplência, que, no caso dos dois Bancos, chega a R\$800.000.000,00, ou seja, duas arrecadações mensais de Minas Gerais. Isso é um verdadeiro absurdo.

A Bancada do PT discutiu, negociou e conseguiu que, no caso dos imóveis, não fosse dada autorização legislativa para que o Governador os alienasse por decreto. Portanto, a listagem dos imóveis terá de constar no projeto. O crédito suplementar foi retirado do projeto. Na preservação do CEASA, houve negociações e avanços, através de emendas, envolvendo não só a Bancada do PT, mas também o Deputado Paulo Schettino, que apoiou a garantia da representação dos produtores na gestão das políticas agrícolas. Apesar desses avanços, a questão fundamental não foi atingida. Estamos reproduzindo a política imposta pelo Governo Federal. Somos um Estado que perde sua autonomia e se torna um mero apêndice do Governo Federal. É humilhante, é lamentável que esta Assembléia, um Poder que deveria ser autônomo, numa terra que já conheceu ideais libertários, tenha de se submeter a isso. É uma vergonha para o nosso Estado. É uma vergonha para este Poder, que deveria ser, realmente, Poder.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PT se posiciona contra o Projeto nº 1.029/96. Esclareceremos rapidamente a nossa posição e, quando o projeto voltar para votação, após o parecer das comissões, vamos nos manifestar com maior fundamento. Discordamos de que o Governo promova mudanças profundas no sistema tributário a três semanas do recesso legislativo. No caso de algumas taxas, adequando-as à realidade, muitas têm valores insignificantes, e a própria burocracia, para seu recebimento, acaba consumindo a taxa. Mas não é assim nas outras questões. O Governo modifica fundamentalmente o sistema tributário, sem ouvir ninguém, a três semanas do recesso, sem chamar entidades de classe nem contribuintes para discutir essa reforma.

Seria irresponsabilidade e, ao mesmo tempo, desrespeito ao contribuinte mineiro, votar a favor desse projeto. Registramos nossa posição contrária, o nosso voto contrário, e vamos discutir alguns aspectos posteriormente, principalmente o aumento absurdo das taxas ligadas à questão da agricultura. Chamamos a atenção dos Deputados que têm suas bases em pequenas cidades, onde o forte é a atividade agrícola, para que tenham cuidado com o que estão votando. A agricultura, hoje, está completamente descapitalizada, sendo sangrada, profundamente, por um Governo que anistia grandes empresas sonegadoras e, agora, quer compensar isso, cobrando de pequenos.

Esta é a nossa posição. É uma posição contrária e de repúdio ao método com que se discute algo de tal profundidade a apenas três semanas do recesso legislativo.

219ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 18/12/96

O Deputado Jairo Ataíde* - É preciso sonhar. Sonhar em branco e preto ou em cores, dormindo ou acordado. É preciso sonhar. Sonhar com a lua, sonhar com as estrelas, mas, para alcançá-las, é necessário lutar. Lutar com garra, com determinação, com obstinação, com fé e com amor. É fantástico quando o sonho se realiza, sobretudo, quando esse sonho não é só da gente, é plural, é de todos.

Deixo a Assembléia Legislativa de Minas para realizar um sonho. Saio honrado por ter participado dos trabalhos desta Casa e feliz por ter sido o escolhido para cumprir, nos próximos quatro anos, os destinos da minha terra natal, preparando-a para a virada do século, para o terceiro milênio.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, meus filhos, que estão presentes nas galerias; ao formalizar minha despedida desta Casa, de onde me afasto para assumir a Prefeitura de Montes Claros, gostaria de deixar registrado o meu sentimento de gratidão. Saio com a consciência tranqüila do dever cumprido, pois aqui cheguei não somente para defender os interesses de minha região, mas, sobretudo, para aprender nesta universidade viva que é a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Vim para aprender o exercício do Legislativo na democracia, aperfeiçoar minha capacidade de diálogo, de compreensão das forças sociais e, também, para servir ao Norte de Minas e, de maneira especial, à minha querida Montes Claros e sua gente, motivo de meu orgulho e de minha sucessiva e expressiva votação nos pleitos dos quais participei.

Nesta Casa, no cargo de Deputado Estadual, tive oportunidade de conhecer ilustres parlamentares, a quem expressei meus agradecimentos, abraçando-os com renovada afeição. Tive oportunidade de me relacionar com os Deputados Federais e os Senadores de nosso Estado de maneira mais estreita, fazer amigos entre Secretários de Estado, Ministros e autoridades dos três Poderes, que vieram enriquecer meus conhecimentos, aumentar minhas amizades e fortalecer minha condição de lutador pela minha região e por Montes Claros. Entre tão renomados parlamentares, destaco os de minha região, uma Bancada de dez Deputados determinados, que vêm tentando, por todos os meios, melhorar as condições de vida da gente norte-mineira. Conto, particularmente, com o apoio de todos os meios para melhorar as condições de vida da gente norte-mineira. Conto, particularmente, com o apoio de todos eles à imensa responsabilidade que me espera, à frente da Prefeitura Municipal de Montes Claros. Destaco, igualmente, os Deputados da Bancada do PFL, que me fez Líder, compreendeu a minha ausência nas vésperas das

eleições de 3 de outubro e, agindo sempre com maturidade e grandeza, encontrou caminhos, através do diálogo e do entendimento, para atender aos interesses maiores do partido e de Minas Gerais. Minha especial referência ao Presidente, Deputado Agostinho Patrús, figura da serenidade, ao Líder do Governo, Deputado Romeu Queiroz, imagem da amizade, ao Líder da Maioria, Deputado Péricles Ferreira, companheiro do Norte; aos Líderes de bancadas; a todas estas Lideranças, que souberam, com firmeza de propósito, fortalecer a seriedade do Poder Legislativo e a sua parceria com o Poder Executivo, numa relação de independência e complementação, a minha admiração e o meu apreço.

Ao Governador Eduardo Azeredo, companheiro desde 1992, quando, Prefeito desta Capital, gravou, em vídeo, apoio à minha candidatura a Prefeito de minha terra. Ao ilustre amigo e companheiro, que, a cada dia, conquista mais o povo mineiro, com sua postura reta, de homem simples, honrado e competente, os meus sinceros agradecimentos e a certeza de que Montes Claros e o Norte de Minas caminham rumo ao desenvolvimento com justiça e paz, aguardando sempre a orientação de seu Governo. Aos servidores desta Casa, na pessoa do Diretor-Geral, Dr. Dalmir de Jesus, e aos amigos que trabalham em meu gabinete, o reconhecimento pela inestimável colaboração, que facilitou, sem sombra de dúvida, a minha caminhada política durante o tempo que passei nesta Casa.

Registro, neste momento de despedida, importante para mim, o clamor do Norte de Minas e o de Montes Claros pela melhoria da qualidade de vida naquela região, sem paternalismo, mas com a criação de instrumentos que possibilitem o nosso desenvolvimento econômico, político e social e meios para vencer as condições adversas em que vivemos, reduzindo as distâncias que nos separam das regiões privilegiadas do Estado e do País.

Montes Claros, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, terá, a partir de 1º de janeiro, braços abertos para abraçá-los, o peito pulsando forte pela emoção de recebê-los com carinho, a certeza do futuro construído com altivez, arrojo e muita obstinação e um Prefeito para colocá-la no lugar de destaque que a história recente lhe negou. Deus nos abençoe a todos. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Deputado Jairo, quero ter o prazer de apartear-lo em seu discurso de despedida. Neste aparte quero, em meu nome e em nome dos Deputados presentes neste recinto e nesta Casa Legislativa, desejar a V. Exa. toda sorte na futura administração de Montes Claros. Competência para exercer tão honroso e importante cargo não lhe falta. Amigos para ajudá-lo, também não lhe faltam. Sabemos que vai ser uma administração difícil, principalmente nos dias em que estamos vivendo, e só não será mais difícil devido à ação positiva de um grupo de Vereadores que não deixaram Montes Claros em situação pior do que está. V. Exa. sucederá um Prefeito que não teve o zelo, a competência e, principalmente, o carinho de administrar Montes Claros como deveria. Mas sabemos que V. Exa. tem todas as condições de recuperar a nossa cidade e devolver a seu povo um pouco da alegria que há muito se foi. Pode contar conosco. Particularmente, estaremos nesta Casa como Deputado Estadual, ajudando na administração da nossa cidade e, com certeza, com a competência de V. Exa., haveremos de recuperar o tempo perdido da nossa querida Montes Claros. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Neste discurso de despedida de V. Exa., quero colocar a nossa admiração, o nosso respeito a quem sempre mostrou ser um leal companheiro, amigo e grande conselheiro.

Gostaria de desejar-lhe boa sorte, bons horizontes, apesar de todas as dificuldades que o nosso País e o nosso Estado atravessam. Desejo-lhe boa gestão frente à Prefeitura, pedindo a Deus que o proteja. Boa sorte.

O Deputado Durval Ângelo - Em nome da Bancada do PT, gostaria de registrar, aqui, os dois anos proveitosos, de muito trabalho e de relacionamento solidário que mantivemos com o colega Deputado Jairo Ataíde. Tenho a certeza de que, se o povo de Montes Claros ganha, perdemos aqui um grande companheiro.

Leve a nossa torcida e a certeza de que Montes Claros carece de homens dignos, honestos e, antes de tudo, corajosos, para vencer a situação de abandono, caos e miséria que se instalou na região. Conte com o nosso apoio nos projetos que forem de interesse para a sua cidade.

O Deputado José Braga (Em aparte)* - Deputado Jairo, não é meu costume usar da palavra, sobretudo aparteando, mas não posso resistir, neste instante em que V. Exa. faz a sua despedida desta Casa.

Os dois anos de convivência e de relacionamento anterior que tive a ventura de ter com V. Exa. levam-me a ocupar este microfone, com o mesmo sentimento de ambigüidade que me acompanhou na trajetória de V. Exa. em busca da Prefeitura de Montes Claros. Isso, porque ficávamos na dúvida se deveríamos torcer para a sua vitória lá, já que ela implicava perda do companheiro que, com tanto zelo, cumpriu seu mandato e tanta amizade demonstrou para com seus pares. A saída de V. Exa. pesa muito em nossos corações.

Todavia, quero desejar, nesta oportunidade, que V. Exa. leve para aqueles que tiveram a confiança e o fizeram Prefeito de Montes Claros o espírito público que lhe é próprio e todo esse seu amor pela coisa pública, sobretudo de quem governará Montes Claros com a intenção de fazer dela uma grande cidade. Que V. Exa. possa transformar-se no grande líder de que o Norte de Minas precisa, para fazer as transformações necessárias com que sonhamos.

Precisamos muito de V. Exa. em Montes Claros. Sabendo que o seu sentimento por Montes Claros é enorme, esperamos que ele se extravase e atinja todo o Norte de Minas. Acredito que, nesta hora de mudanças, estamos carentes de líderes que não só possam representar Montes Claros, que é centro de cultura e progresso, mas também que sejam responsáveis pela transformação e pela grandeza da região.

Muito obrigado, e leve com V. Exa. o nosso desejo de que possa desempenhar mandato à altura do merecimento de Montes Claros, porque tenho a certeza de que a grandeza do espírito público de V. Exa. sobrepujará todas as dificuldades.

O Deputado Gil Pereira (Em aparte)* - Gostaria de parabenizar V. Exa. por esses dois anos na Assembléia Legislativa e, sendo de Montes Claros, embora não apoiando a candidatura vitoriosa do nobre colega, sei do seu sentimento e da vontade de empenhar da melhor forma possível sua capacidade e sua inteligência pelo povo de Montes Claros.

Quero dizer-lhe que estarei, nesta Casa, à disposição do povo de Montes Claros, para defender, juntamente com o Prefeito Jairo Ataíde, os interesses da nossa região. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão (Em aparte) - É preciso que tenhamos o entendimento do caminho da vida. Durante dois anos caminhamos, e a estrada foi aplainada, nesta Casa, pelos amigos, pelos companheiros, pelas lutas, pelos funcionários, pela imprensa, que a cobriram de flores.

Mas, para a continuação da caminhada, é preciso que as lágrimas das mágoas, as lágrimas das maldades, as lágrimas da infâmia possam ser cristalizadas neste momento, aqui, com seus companheiros, que sabem que você é uma mistura de lágrimas e sorrisos.

Que as lágrimas da saudade que V. Exa. deixará nesta Casa, de um riacho, hoje, se transformem num rio e num mar. E que o Senhor te dê muita alegria, para sorrir pela luta, pela melhoria, pela paz e pela justiça social da nossa terra e da nossa região.

Vai em paz, companheiro, mas deixe uma parte de seu coração nesta Casa. Conte comigo, pelo menos no que diz respeito a 1/10 dos dez Deputados da região que aqui ficam, para lutar por Montes Claros.

O Deputado Bilac Pinto (Em aparte)* - Pois não, Sr. Presidente. Gostaria de, em nome da Bancada do PFL, que você comandou, como nosso Líder maior, durante esses dois anos, deixar aqui a nossa admiração, o nosso respeito, o nosso apreço.

Você, que começou conciliando, aconselhando, trazendo-nos para o canto e nos orientando, como Líder maior, independente, que sempre teve a sua posição marcada, postura e transigência cívicas profundas.

Você, Deputado Jairo Ataíde, é referência que todos, seus companheiros do PFL, temos como homem maduro, homem que, realmente, soube liderar esse Partido. Sai do Poder Legislativo e vai para a Prefeitura de Montes Claros. Nós, seus companheiros do PFL, observando a sua trajetória política, que se iniciou como Deputado Estadual e prossegue como Prefeito de Montes Claros, temos a certeza de que você será sempre a nossa referência no Norte de Minas. Minas precisa de você. O Norte de Minas, hoje, invocou a sua responsabilidade para administrar Montes Claros. E nós aguardamos os seus próximos passos, atentos, para continuar seguindo o seu caminho.

Um grande abraço deste homem em quem você confiou para ser seu Vice-Líder e de todos os Deputados do PFL.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Nobre Deputado, não poderia deixar de me aliar a esses que o apartearam, para parabenizá-lo pelo tempo em que o senhor esteve conosco e para dar glórias a Deus por sua vida.

Temos, em V. Exa., um homem chamado por Deus para a vida pública, e este é um ministério que extrapola os nossos conhecimentos. Mas de uma coisa sei: "Esquecendo-me das coisas que para trás ficam e olhando para aquelas que estão diante de mim, prossigo para o alvo, para o prêmio da soberana vocação de Deus em Cristo Jesus." Isso foi dito pelo apóstolo Paulo, mas lhe cabe, agora, para o prêmio da soberana vocação política que V. Exa. tem. Temos a convicção de que V. Exa. é um dos luminares da política do Norte de Minas Gerais.

Montes Claros ganhou com isso; o Norte de Minas inteiro ganhou com isso. Conte sempre com seus amigos, aqui enfileirados na defesa de todos os seus projetos, para que Montes Claros, Januária, São Francisco, enfim, todo o Norte de Minas seja abençoado com a administração do Jairo na cidade maior da região.

Parabéns, Deputado.

O Deputado Jairo Ataíde - Muito obrigado. Sr. Presidente, agradeço todas as manifestações de carinho e apreço e faço o compromisso de continuar lutando com muita vontade, com muita fé, para o crescimento não apenas de Montes Claros mas do Norte de

Minas e do Estado de Minas Gerais.

Contem comigo e aguardo a visita dos nobres companheiros a Montes Claros. Vou estar sempre aqui, na Assembléia. Prefiro não dizer adeus. Até logo. Fiquem com Deus.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a comissão suprapartidária constituída pela Mesa da Assembléia com o objetivo de examinar sugestões e propor alterações à Resolução nº 5.065, de 31/5/90, que contém o Regimento Interno da Assembléia, concluiu seus trabalhos e hoje apresenta o anteprojeto do novo Regimento Interno desta Casa de leis.

Coube-me a honra de coordenar os trabalhos da comissão, constituída pela Deputada Maria José Haueisen e pelos Deputados Ermano Batista e Antônio Júlio, e assessorada por um grupo composto pelos servidores Paulo Rubens Navarro Vieira, Secretário-Geral da Mesa; Maria das Dores Abreu Amorim, Secretária Temático-Processual; Antônio Geraldo Pinto, Assessor da Presidência; Elisabeth de Barros Gonçalves, Gerente-Geral de Apoio ao Plenário; Patrícia Gomes Barbosa, Gerente-Geral de Apoio às Comissões; Isamita Salomé Pimenta e Cláudia Sampaio Costa, Assessoras da Secretaria Temático-Processual. Abridhantou os trabalhos desse grupo a participação eventual e sempre solicitada dos servidores Júlio César dos Santos Esteves e Natália de Miranda Freire.

A comissão desenvolveu seu trabalho a partir das propostas apresentadas à Mesa da Assembléia, assim encaminhadas: 72 por parlamentares e ex-parlamentares, 136 por alunos dos cursos de Procedimentos Regimentais e Processo Legislativo no Regimento Interno, 7 pela Gerência-Geral de Orientação e Segurança, 4 pelo Comitê Deliberativo de Comunicação Institucional, e 24 por diversos outros servidores.

As 243 sugestões apresentadas muito contribuíram para o enriquecimento do trabalho. Dessa maneira, fizemos incluir todas as sugestões no texto do Regimento Interno, e, em 23/8/95, a comissão se reuniu para conhecer o texto "enxertado" com todas as sugestões e definir a dinâmica dos trabalhos, o calendário e a duração das reuniões.

Determinou-se, a partir de então, a realização de uma reunião semanal destinada à análise das sugestões apresentadas e à discussão de seus aspectos práticos, jurídicos e operacionais.

A comissão realizou aproximadamente 50 reuniões produtivas e direcionadas para a feitura de um regimento norteador dos princípios democráticos, tão caros a nós, mineiros. Suas reuniões já deixaram saudades em seus participantes, graças à liberdade de expressão que sempre esteve presente no decorrer dos trabalhos.

Importante é salientar que procuramos incluir no texto hoje apresentado todas as decisões normativas da Presidência e as deliberações da Mesa que foram baixadas com o objetivo de esclarecer dúvidas quanto a situações não claramente expressas no Regimento Interno bem como o correto entendimento de algumas normas regimentais e seus desdobramentos.

Entende a comissão que o texto apresentado à discussão não se encontra acabado e definitivo. Ele assim o será após a competente análise e a aprovação pelos Srs. Deputados.

A Deputada Maria José Haueisen (Em aparte) - Sr. Deputado, primeiramente quero concordar em que esse Regimento Interno nos custou um esforço bem grande e foi feito com prazer. Acreditamos na necessidade de mudanças. Endosso, também, as suas palavras quando V. Exa. diz que ele não está perfeito ou acabado. Não existe nada perfeito no mundo, sobretudo o que sai das mãos humanas. Entendemos que esse Regimento trará, sem dúvida alguma, melhoras à Assembléia. Mas isso só será concretizado se houver respeito a ele por aqueles que dirigem esta Casa, pelas bancadas que atuam aqui e, particularmente, por cada Deputado que souber ler, entender e, sobretudo, vivenciar a democracia que o Regimento propõe. Daí o nosso questionamento: o Regimento poderia, tantas vezes, ter-nos ajudado para um crescimento maior, mas, devido a manipulações e ao poder e força da Maioria, as Minorias foram esmagadas.

Entendemos que a democracia, justamente, é o bom entendimento, a convivência e, sobretudo, o respeito às minorias. Sem dúvida nenhuma, o Regimento virá a sofrer alterações, com emendas que serão apresentadas.

Somente para finalizar, lamento profundamente que o Regimento não tenha tomado conhecimento da necessidade de um melhor aproveitamento desse painel. Temos um painel que registra a presença que, muitas vezes, é questionada, porque não coincide com o apontamento que é feito pelos que aqui estão atentos aos Deputados que chegam. Francamente, confiamos mais no apontamento que no painel. O painel, sem dúvida nenhuma, se servisse para marcar a votação, evitaria muitos descontentamentos, aborrecimentos e constrangimentos, que notamos tantas vezes nesta Casa. Mas o Regimento está sendo apresentado. Sem dúvida nenhuma, valeu o esforço de todos nós. As emendas que virão, no ano que vem, certamente serão acatadas pelos que percebem a necessidade de um respeito maior a todo o povo mineiro e a esta Casa, que é a Casa da legislação. Muito obrigada.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Agradeço o aparte da Deputada Maria José Haueisen e aproveito a oportunidade para, novamente, cumprimentá-la - o que já faço

no texto do meu discurso - por sua importante participação no estudo da reforma do nosso Regimento. A Deputada Maria José Haueisen teve presença marcante no nosso grupo de trabalho, sempre assídua, interessada e participante. Quero, ainda, lembrar, Deputada Maria José Haueisen, para se fazer justiça, que a proposta do novo Regimento prevê o funcionamento, também, do painel. Ela traça toda a sistemática de votação pelo processo tradicional, abrindo, também, no texto do novo Regimento, a possibilidade de utilização do nosso painel eletrônico. Agradeço o aparte de V. Exa., Deputada Maria José Haueisen, e a cumprimento pelo concurso inestimável de sua presença na comissão que estudou as propostas de um novo Regimento para esta Casa Legislativa.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, assim sendo, é de vital importância que cada parlamentar apresente suas sugestões, críticas e observações sobre o texto em exame para que, através do debate produtivo e enriquecedor, possamos definir e aprovar o texto final de nossa lei interna.

Neste momento, julgo oportuno destacar algumas das principais alterações introduzidas pela comissão no texto agora apresentado.

São elas: 1ª - determinação de não se deliberar sobre qualquer assunto antes da eleição da Mesa; 2ª - alteração na concepção e dinâmica das reuniões de Plenário; 3ª - possibilidade de ser convocada reunião em alguns casos específicos; 4ª - retirada da proibição de o Presidente da Assembléia ser autor de proposição e de o suplente de Deputado ser Presidente ou Vice-Presidente de comissão; 5ª - peso do voto de Líder de bancada proporcional ao número de membros da bancada; 6ª - alteração da competência e do número de membros da comissão representativa; 7ª - melhor definição das competências do Corregedor; 8ª - alteração da denominação, da competência e do número de membros das comissões; 9ª - possibilidade de a Comissão de Constituição e Justiça apreciar também em 2º turno a matéria aprovada em 1º turno; 10ª - ampliação da participação do Deputado não-membro de comissão nas discussões, possibilitando-lhe a apresentação de proposta de emenda; 11ª - melhor definição da forma de discussão do parecer nas comissões e da dinâmica das reuniões conjuntas; 12ª - extensão da iniciativa de proposição a bancada e a Deputado, coletivamente; 13ª - possibilidade de utilização do painel eletrônico; 14ª - tratamento especial para as proposições oriundas de eventos institucionais, tais como fóruns e seminários; 15ª - alteração na tramitação de algumas proposições, como na proposta de emenda à Constituição a fim de possibilitar maior prazo para apreciação dessas proposições.

Ressalto, por dever de justiça, o trabalho dos servidores que formaram o Grupo de Assessoramento. Eles desempenharam importante papel para a consecução dos objetivos da comissão suprapartidária. De maneira especial, à servidora Maria das Dores Abreu Amorim, na pessoa de quem agradeço a todos os componentes do grupo.

Srs. Deputados, o anteprojeto de regimento interno hoje apresentado à discussão pretende provocar um amplo e produtivo debate nesta Casa. Bom trabalho a todos para que possamos, realmente, elaborar um bom regimento interno. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, meus caros amigos, companheiros, funcionários desta Casa e do meu gabinete, membros da imprensa, coestaduanos de Minas Gerais, em 1987, início do ano, viemos a esta tribuna sob o impacto emocional que sente todo aquele que daqui pela primeira vez se dirige ao parlamento mineiro. Hoje, não com a emoção nervosa daquele dia, mas com dóida emoção eu me dirijo aos senhores.

Apresentamos à Casa e a cada um dos nobres colegas Deputados nossa mensagem de despedida.

Como sabem, o eleitorado de Governador Valadares - que temos representado nesta Assembléia - honrou-nos com a vitória nas urnas, o que irá conduzir-nos, proximamente, à chefia do Executivo daquela grande cidade mineira.

Gostaríamos, a propósito, de imprimir a este pronunciamento não uma conotação nostálgica de partida, mas um caráter de construtiva continuidade. Nossa presença no Palácio da Inconfidência, que vem do ano de 1987 e ora consigna nosso terceiro mandato legislativo, foi precedida por passagem pela municipalidade valadarense, da qual fomos Prefeito e Vice-Prefeito.

Aqui chegando, fiel às origens municipalistas - e bem compreendendo que o avanço político, econômico e social do País passa, necessariamente, pelos municípios -, procuramos dar ênfase, no trabalho parlamentar, à mútua colaboração entre as comunidades locais e o Legislativo Estadual.

É esse vínculo e essa reciprocidade que pretendemos continuar incentivando, ao assumir os novos encargos que nos esperam.

Em dez anos de atividade neste parlamento, o convívio diário com a realidade dos quatro cantos de Minas alargou-nos os horizontes e nos capacitou a melhor servir à causa pública. O aprendizado que aqui conseguimos, por outro lado, ampliou-nos o alcance da visão no que se refere às questões comunitárias, ressaltou-nos a necessidade do diálogo, demonstrou-nos a importância da serenidade e do equilíbrio no decidir, tudo como caminho seguro para as realizações duradouras. Ficou-nos, também,

como lição, que a persistência, na medida em que repele o imediatismo, só pode render bons frutos.

No exercício de nosso primeiro mandato, esta Casa Legislativa - na qualidade de Assembléia Constituinte - delegou-nos a invulgar responsabilidade de atuar como relator, no processo de elaboração da Carta Magna Estadual hoje vigente. Foi um período de trabalho intenso e denodado, em que se empenharam todos e cada um dos membros desta Casa. Hoje, podemos afirmar com segurança, essa motivada concentração de esforços - à qual demos nossa modesta contribuição - surtiu resultados os mais positivos.

Com efeito, o texto promulgado em 1989 reflete aquele caráter de carta-compromisso que lhe quisemos emprestar. Soubemos com ele honrar esse compromisso, que, na verdade, era tríplice: em primeiro lugar, cuidamos para que, em sua elaboração, as portas estivessem abertas a todos os cidadãos, possibilitando a efetiva participação popular; a busca do bem comum constituiu outra e não menos relevante preocupação, da mesma maneira que o acato à Constituição Federal. Passados sete anos de sua promulgação, podemos afirmar com tranqüilidade que nossa Lei Maior não negligencia direitos nem deveres. Está ali o instrumental jurídico indispensável ao desenvolvimento dos sistemas de educação e de saúde; da estrutura tributária e fiscal; do amparo à ciência, à tecnologia e à cultura; e da proteção ao meio ambiente, para mencionar apenas alguns aspectos. A nova ordem jurídica que implantamos viabilizou a edificação da Minas Gerais do terceiro milênio, construção cujo processo se encontra hoje adiantado.

Nunca é demais repetir, partimos para assumir a Prefeitura de Governador Valadares com a convicção de que sempre procuramos pautar nossa atuação parlamentar pela ética e pelo trabalho e de que essa experiência irá ajudar-nos no desempenho das novas funções.

Outrossim, nesta Casa do povo mineiro, constatamos que a grandeza de nosso Estado não reside no provincianismo, no isolacionismo, mas no compartilhar de interesses legítimos e maiores.

Evidenciou-se a Assembléia, ainda, que o progresso de Minas se vincula à valorização dos municípios: depende diretamente deles para gerar riquezas e dar à população condições dignas de vida e de trabalho.

É com essas idéias que estamos arrancando em direção às lides futuras. E estamos certos de que, aplicando-as, estaremos contribuindo para o bem de Governador Valadares, de sua região, e de toda a Minas Gerais.

Gostaríamos de terminar formalizando alguns agradecimentos, dever esse que cumprimos com satisfação.

Em primeiro lugar, agradecemos à Mesa da Assembléia. Não fosse sua liderança e orientação seguras nas ações desta instituição, não conseguiríamos materializar o que aqui realizamos.

O Deputado Anderson Adauto (Em aparte)* - Nobre Deputado Bonifácio Mourão, na sua despedida, gostaria de dizer que foi muito bom ter convivido com V. Exa. na nossa Bancada. O seu comportamento dignificou, e muito, a Bancada do PMDB nesses dois mandatos e meio. Não falando em nome somente dos Deputados do PMDB, mas de todos aqueles que acompanharam mais de perto o trabalho que o senhor desempenhou nas comissões e, principalmente, como relator da Constituinte mineira, o seu saber jurídico contribuiu para que esta Casa ficasse mais engrandecida. Sei que esta é a concepção de todos os Deputados desta Casa. Comparando a nossa Constituição com a de outros Estados, sabemos que Minas, mais uma vez, fez bem feito. E esse fazer bem feito teve a colaboração e a participação de V. Exa., como relator da Constituinte. Quero, aqui, em nome dos companheiros do PMDB, dizer que foi muito bom ter convivido com o senhor nesses últimos 10 anos e que vai ser uma pena não tê-lo mais entre nós. Temos a certeza de que V. Exa., quando deixar a Prefeitura de Governador Valadares, dará continuidade a sua vida pública por outros caminhos. Para onde o senhor for, temos certeza, o senhor fará tudo aquilo que fez aqui e terá o mesmo comportamento ético e de exemplo para seus pares.

Pela contribuição dada por V. Exa. com seu saber jurídico e seu comportamento, quero, em nome da Bancada do PMDB, parabenizá-lo e deixar aqui as nossas despedidas.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Também queremos, Deputado Bonifácio Mourão, em nome do PL e em nosso nome particular, agradecer por toda a contribuição que o senhor deu a esta Casa, pelos seus bons exemplos, por ter sido um bom parlamentar, um homem responsável, cidadão consciente das suas responsabilidades. Realmente, vai ser uma perda muito grande.

Como fizemos com o Deputado Jairo Ataíde, também lhe desejamos sucesso nessa nova etapa. Esperamos que seu saber, sua capacidade e competência possam, também, transformar a belíssima Governador Valadares, que é uma cidade-pólo como Montes Claros e que também está precisando de boas idéias e boas administrações.

Queremos desejar-lhe felicidades nessa nova vida pública e, em nome do PL, agradecer-lhe pela contribuição que o senhor deu à Assembléia e a todo o Estado de

Minas Gerais.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Colega e amigo Deputado Bonifácio Mourão, nesta Casa aprendemos a admirar a sua competência, a sua inteligência e a forma muito cortês e solidária no trato com todos os Deputados.

Em Governador Valadares, estivemos em campos diferentes - não digo que foram opostos -, e prevaleceu a vontade do povo, o desejo da maioria da população. A escolha foi por um grande Prefeito, um grande homem público, que saberá honrar a votação que teve. Tenho para com V. Exa. os mesmos sentimentos que tivemos para com o Deputado Jairo Ataíde. O povo de Governador Valadares está ganhando um grande Prefeito, e esta Assembléia vai perder um de seus Deputados mais brilhantes, que soube honrar o mandato popular que recebeu, seja atuando na Constituinte como relator, seja atuando nas comissões desta Casa, como alguém que sempre esteve atento, propondo leis do interesse da maioria da população.

Pode contar com a nossa presença nesta Casa em tudo que for de interesse da comunidade valadarense. V. Exa. sabe muito bem que estará enfrentando uma situação de verdadeiro caos, em função da irresponsabilidade, não só moral, mas também mental daqueles que dirigiram aquela cidade, deixando-a em uma verdadeira situação caótica de dívidas e de atraso de pagamento. Mas tenho a certeza de que V. Exa. terá a competência de convocar toda a população, todos os setores partidários envolvidos na última disputa, para reconstruir a cidade. Acreditamos que continuaremos presentes lá, não como partido de oposição, mas solidários à administração, sabendo que o município que vamos encontrar a partir do ano 2000 será muito melhor do que o que foi deixado hoje. Sucesso, que Deus o acompanhe e que, realmente, tenhamos a certeza de que vamos ouvir, nos próximos anos, notícias a respeito do brilhante mandato que irá realizar, como Prefeito, naquela cidade. Parabéns.

O Deputado Francisco Ramalho - Deputados Bonifácio Mourão e Jairo Ataíde: um grande político, um grande administrador público precisa ter algumas qualidades, como probidade, competência, ideal e compromisso com a sociedade. Nesses seis anos de convivência com V. Exa., Deputado Bonifácio Mourão, e com V. Exa., Deputado Jairo Ataíde, ambos mostraram que possuem todas essas qualidades. Em nome da Bancada do PSDB e em meu próprio nome, gostaria de dizer que estamos sentidos de perder dois grandes Deputados, mas temos a certeza de que Montes Claros e Governador Valadares irão ganhar dois grandes Prefeitos, por todas essas qualidades que acabei de enumerar. Desejamos a vocês toda a felicidade e muito sucesso nesta nova empreitada que irão abraçar. Felicidades.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Deputado Bonifácio Mourão: o Líder de meu partido, Deputado Jairo Ataíde, pede-me que, em seu nome, em meu próprio nome e no de toda a Bancada do PFL traga a expressão da nossa admiração e do nosso respeito a V. Exa., nessa despedida. Todos nós vamos sentir a ausência do Deputado competente, dedicado e capaz que é V. Exa., mas também vivemos a alegria de saber que uma das mais importantes cidades mineiras estará sob sua firme direção. Temos a certeza e a convicção plena e absoluta de que V. Exa. haverá de brilhar à frente da Prefeitura de Governador Valadares, como brilhou durante todo o exercício de seus mandatos parlamentares nesta Casa. V. Exa. deixa, aqui, a marca da sua competência, da sua honradez, da sua dignidade. A sua presença, nos anos que atuou neste Legislativo, é um exemplo para todos nós, que o sucedemos. Cumprimentamos V. Exa. pela sua eleição como Prefeito, na certeza de que a eficiência é garantida pela sua competência. Que V. Exa. encontre, à frente da Prefeitura de Governador Valadares, também um espaço de felicidade e de realização pessoal. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Clêuber Carneiro - Meu caríssimo colega Deputado Bonifácio Mourão, a nossa Liderança já se fez ouvir pela voz do Deputado Sebastião Navarro Vieira, mas eu queria apresentar minha homenagem a você.

Eu me dirijo ao amigo; eu me dirijo àquele que foi exemplo para todos nós, nesta Casa; eu me dirijo àquele que fez escola neste Legislativo; eu me dirijo ao amigo Deputado Bonifácio Mourão, que deixa uma marca profunda nesta Casa, a marca do seu entusiasmo, da sua competência, da sua lealdade, do seu amor cívico às causas de Minas e do País. Endosso o refrão ouvido, aqui, por mais de uma vez: se Governador Valadares ganha um grande Prefeito, a Assembléia perde um dos seus melhores Deputados de todos os tempos.

O Deputado Péricles Ferreira (Em aparte)* - Ilustre Deputado Bonifácio Mourão: em meu nome, em nome da Bancada da Maioria nesta Casa, também gostaria de deixar a V. Exa. os nossos cumprimentos e, sobretudo, a nossa gratidão pelo trabalho e pelo exemplo que V. Exa. deu a esta Casa. Durante esses três mandatos, tivemos a grata felicidade de nos espelhar no comportamento de V. Exa. neste parlamento, por onde passaram figuras ilustres da política brasileira.

Fique V. Exa. certo de uma coisa: a sua saída desta Casa deixará uma lacuna impreenchível. Mas nós, especialmente, que somos daquela região, sabemos que V. Exa. o faz atendendo a um chamado maior da população de Governador Valadares. Portanto, neste momento, congratulo-me com o povo de Governador Valadares e até diria: ter um

cidadão com o caráter, a competência, a capacidade já testemunhadas ao longo da vida pública de V. Exa. como Chefe do Executivo Municipal de Governador Valadares é apanágio de poucos. Parabéns, felicidades e conte conosco, nobre colega.

O Deputado Gil Pereira (Em aparte)* - Em nome da Liderança da Minoria, quero desejar a V. Exa. um mandato profícuo, que começa em 1º/1/97. Perde a Assembléia, perde o Tribunal de Contas, que, certamente, ia ganhar um dos mais brilhantes conselheiros da sua história. Mas V. Exa. é novo. Esperamos que daqui a 4 ou 8 anos retorne a esta Casa, ao Tribunal de Contas, até mesmo à Câmara Federal, ao Senado ou, quem sabe, ao Governo de Minas, que V. Exa. tem competência para isso. Felicidades e parabéns ao povo de Valadares.

O Deputado Geraldo Nascimento (Em aparte) - Sr. Presidente, estou insistindo neste momento para falar com o meu professor nesta Casa e na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce. É com muita alegria que lhe transmitimos a nossa convicção: pode ficar tranqüilo, pois a comunidade do vale do Rio Doce, de Valadares, e todo o povo mineiro, têm a alegria maior de tê-lo como Prefeito da cidade de Governador Valadares.

Sr. Deputado, caro professor e colega nesta Casa, todos sabem que temos um gargalo, que é a BR-381. Com toda a alegria, estou solicitando não só o apoio de todos os colegas desta Casa, do meu colega, Deputado Bonifácio Mourão, e dos Deputados daquela cidade em que fui candidato a Prefeito, tendo sido derrotado e perdido dignamente para o PSDB, para o candidato Anchieta Poggiali. Ele pode ficar tranqüilo, pois o dever do Deputado Geraldo Nascimento será estendido ao povo de Timóteo, junto com o Deputado Mourão, meu professor nesta Casa e na escola, juntando com Anchieta Poggiali um sonho maior do Vale do Aço, que tenhamos, também, o bem maior, que é a BR-381. Permita Deus que os moradores do Vale não batizem aquela BR de "genocídio".

São as palavras que externo ao meu colega Deputado, Prefeito de Governador Valadares, extensivos a todos os Deputados de bem desta Casa. Muito obrigado, Mourão; que Deus o acompanhe nessa difícil tarefa. Conte com o Deputado Geraldo Nascimento, seu aluno e colega desta Casa. Continue sempre sendo meu professor. É com muita honra que digo: obrigado, Deputado, que Deus o acompanhe.

O Deputado Almir Cardoso (Em Aparte)* - Sr. Deputado Bonifácio Mourão, quero, neste momento, cumprimentá-lo e parabenizá-lo por sua vitória em Governador Valadares, e desejar muito sucesso à frente daquela administração. Sabemos que as administrações municipais, todas elas, enfrentam grandes dificuldades, mas o senhor será capaz, com sua competência, de resolver, passo a passo, todos esses problemas. Agradeço pelos momentos em que, nesta Assembléia, pude aprender com o senhor nas discussões, nos debates, nas comissões, nas comissões especiais e no Plenário. Espero que Deus continue acompanhando-o e iluminando-o, para que o senhor possa fazer todo o bem para aquela população que lhe depositou essa confiança.

Aproveito a oportunidade para convidar os nobres colegas para hoje, às 16 horas, comparecerem ao Teatro da Casa, onde vamos apresentar um documentário sobre nossa campanha em Paracatu. Usamos a criatividade; inovamos em alguns aspectos e gostaríamos de apresentar a todos vocês. O convite é extensivo a toda a imprensa e aos funcionários da Casa.

Mais uma vez, Bonifácio, sucesso, parabéns e que Deus o ajude.

O Deputado Dinis Pinheiro (Em Aparte) - Sr. Deputado, não poderia deixar de ressaltar, neste momento histórico, a correção, a seriedade, a lisura e, sobretudo, a ética e a integridade moral que nortearam esta belíssima carreira pública. Registro, aqui, amigo Mourão, a minha eterna gratidão. Como seu Deputado vizinho, como Deputado caçula, como Deputado aluno, companheiro, quero externar minha eterna gratidão pelo acolhimento singular, atenção, ensinamentos e orientação. O Legislativo mineiro, sem sombra de dúvida, hoje, está um pouco triste. Mas, por outro lado, a felicidade contagia a todos aqui, pois tivemos o privilégio de compartilhar de momentos históricos ao lado de um dos maiores expoentes do Legislativo mineiro. Sabemos que parte rumo a Governador Valadares um dos homens de maior saber jurídico do Legislativo e do Estado de Minas Gerais. Mas sabemos, sobretudo, que aqui fica, no coração desse povo, o seu exemplo, os seus ensinamentos, o seu ideal, o seu saber. Que Deus o ABENÇOE nessa nova caminhada que, sem dúvida, será uma nova etapa de inúmeras vitórias e de muita glória. Muito obrigado por tudo. Que Deus o acompanhe.

O Deputado Simão Pedro Toledo (Em aparte)* - Deputado Bonifácio Mourão, a Assembléia de Minas Gerais vive, nesta tarde, um momento emocionante, quando um dos mais ilustres Deputados se despede de seus companheiros para assumir novas e importantes responsabilidades. O clima é, efetivamente, emocional, porque a despedida sempre nos choca, toca a nossa sensibilidade. Por isso mesmo, disse o poeta: "Partir é morrer um pouco". Nesse momento, em que V. Exa. deixa esta Casa, quebra-se a rotina de uma convivência diuturna, constante, diária. Na verdade, essa quebra de convivência toca nosso coração e nossa sensibilidade. Mas V. Exa. sai com a consciência do dever cumprido, porque foi um dos parlamentares mais dignos, honrados e capacitados, que muito deu de si em prol do Legislativo mineiro. E, agora, quando é convocado a

assumir a chefia do executivo de uma das grandes cidades do nosso Estado, V. Exa. vai levar, para a sua querida e tradicional Governador Valadares, toda essa experiência, todo esse descortino, todo esse equilíbrio, para realizar uma obra administrativa notável, que vai, certamente, melhorar a vida de seus conterrâneos. Por isso, nesta oportunidade, quero levar o meu abraço a V. Exa., ao mesmo tempo em que registro as minhas saudações ao nobre Deputado Jairo Ataíde que, também, em dois anos de convívio conosco, deixou a imagem de um homem público sério, honrado e digno. Mas quero cumprimentar V. Exa., fazendo votos sinceros para que tenha uma administração, em Governador Valadares, coroada de êxito, porque V. Exa. reúne todas as condições para melhorar a vida daqueles seus conterrâneos. Formulo votos de que V. Exa. consiga, à frente da administração daquela importante cidade, os mesmos êxitos que obteve nesta Assembléia Legislativa, da qual foi dos mais expressivos expoentes.

O Deputado Bonifácio Mourão - Essa fita magnética de gravação desta reunião, certamente, pediremos para levar para casa, pois significará, para nós, um dos documentos mais importantes da nossa vida. Contém ela, tenho certeza, a mensagem sincera dos meus colegas, a expressão dos seus sentimentos, verdadeiro depoimento para nós.

Servirá, certamente, para que este Deputado possa mostrar aos seus filhos o depoimento de seus colegas a respeito do trabalho e da conduta de seu pai. Isto é o que acho fundamental na vida. Além de levar a saudade que levamos dos senhores, consolidamos uma amizade maior que, se Deus quiser, será muito útil para todos nós, em nossas vidas parlamentares, em nossas vidas pessoais e em nossas vidas familiares. Agradecemos muito a todos os colegas que se manifestaram, inclusive aos nossos companheiros eleitores que nos conduziram a esta Casa por três vezes. Gostaríamos, novamente, de terminar as nossas palavras formalizando esses agradecimentos, em primeiro lugar, como já dissemos, à Mesa da Assembléia, ao Sr. Presidente e a todos os componentes da Mesa, aos caros colegas Deputados, agradeço de maneira especial pelo companheirismo amigo, pela incondicional cooperação, pelas demonstrações de tolerância e respeito a posições e crenças, outras, que não as suas. Agradeço aos dedicados funcionários da Assembléia, nossos fiéis e competentes assessores nesses anos trabalhosos, mas gratificantes; à imprensa, pelo estímulo e postura ética, na defesa dos interesses do povo mineiro; a nossa gratidão a todos, especialmente aos colegas. Pedimos a Deus que abençoe sua vida de parlamentares e ilumine o seu caminho de legisladores. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos ceder ao apelo do nobre colega Deputado Miguel Martini e deixar o tempo que nos resta para que possa utilizá-lo. Mas, antes que o façamos, também queremos engrossar as palavras de todos os colegas que apartearam os Deputados Jairo Ataíde e Bonifácio Mourão para render-lhes as nossas homenagens, agradecer-lhes, pois muito aprendemos com eles nesta Casa, e desejar-lhes sucesso como Prefeitos de Governador Valadares e de Montes Claros. Também queremos render as nossas homenagens e desejar sucesso aos colegas Almir Cardoso, que dirigirá Paracatu; Marcelo Cecé, que dirigirá Sete Lagoas; Luiz Antônio Zanto, que dirigirá Frutal, e Carlos Murta, que dirigirá Vespasiano.

O Deputado Miguel Martini - Quero agradecer ao Deputado Marco Régis pela generosidade em me ceder este tempo. Pelo exíguo tempo que me resta, gostaria de cumprimentar os Deputados que partem, desejando sucesso em suas novas funções.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, fiz questão de fazer uso da palavra, porque há uma denúncia a ser feita. Estamos envidando esforços para que em todo o Brasil ecoe essa denúncia grave sobre o que está se passando num órgão que deveria ser modelo para todos os órgãos e que tem intenção de prestar um serviço de utilidade pública, principalmente pelo respeito que esse órgão sempre teve, mas os seus diretores não se fazem respeitar. Esse órgão é a Cruz Vermelha Brasileira, que tem tido credibilidade até hoje, mas a sua Presidente, que está lá há mais de 20 anos, não se faz respeitar, não tem atitude ética, não tem atitude moral. Pelo contrário: desonra a instituição e o povo brasileiro com sua má administração e seu comportamento desonesto, à frente da entidade.

Uma mulher que, apesar de responder a mais de 30 processos, perdura no poder há quase 20 anos. Apesar de o Sr. Presidente da República ter conhecimento do fato; apesar de o Sr. Vice-Presidente da República ter conhecimento do fato; apesar de o Ministro da Justiça ter conhecimento do fato; apesar de o Judiciário ter conhecimento do fato, através das várias ações movidas contra essa senhora, ela ainda perdura no poder.

Como o meu tempo é curto, gostaria de repassar um dado para os senhores: US\$15.000.000,00, que, hoje, é o mesmo que R\$15.000.000,00, foram destinados àquela entidade, a fim de serem distribuídos entre as suas 11 filiais, entre elas, Minas Gerais. No entanto, nenhuma delas recebeu um centavo, pois esse dinheiro sumiu na Cruz Vermelha Brasileira. As entidades que se levantam contra ela, os Estados que se levantam contra ela, são perseguidos, por processos espúrios, com poder ditatorial,

com forças, que, agindo por detrás dela, conseguem mantê-la no poder e destituir os outros, ao ponto de 11 Estados da Federação, entre eles Minas Gerais, Paraná, Ceará e outros, pedirem sua exclusão dessa entidade.

Temos denúncias contra essa entidade na Cruz Vermelha Internacional, nos órgãos internacionais, em Genebra. Portanto, o Brasil tem o seu nome vilipendiado, em virtude da administração dessa senhora, que ninguém consegue tirar do poder. Ela gasta dinheiro da instituição para pagar excelentes advogados, que sempre fazem sua defesa, protelando seu julgamento.

Já enviei para todos os Estados onde conhecemos os parlamentares documento comprobatório de todas as pendências na esfera judicial que envolvam aquela senhora; já pedimos o apoio da Bancada Federal do PSDB, no Congresso Nacional; já pedimos o apoio da Bancada Federal do PT, no Congresso Nacional. Gostaríamos de pedir que cada parlamentar desta Casa, através dos seus Líderes, que receberam essas denúncias, tivessem atenção, a fim de que possamos nos mobilizar para destituir essa senhora, que manipula, de forma ditadora, uma entidade merecedora do respeito do povo brasileiro, porque, se ela cair em descrédito, perderemos muito com isso.

E os pobres, que têm sofrido as conseqüências das catástrofes, como as enchentes? O dinheiro - que dizem recolher, a fim de ser distribuído aos necessitados, vítimas de tais catástrofes - tem ido para o bolso dela, para a sua conta particular, e não chega, portanto, a esses miseráveis, que sofrem, que morrem, por desleixo.

Enquanto parlamentares estaduais, não podemos nos calar. Estamos movendo todas as forças para destituir essa senhora, a fim de que a credibilidade volte a uma entidade que tanto benefício traz para o povo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome da Bancada do PT, registro o nosso voto contrário ao Projeto de Lei nº 1.029/96. Os motivos que fundamentam o nosso voto contrário já foram bem explicados na reunião de ontem, mas queremos reiterá-los.

Primeiramente, a três semanas do recesso do Legislativo, o Governador do Estado encaminha a esta Casa uma mini-reforma tributária que modifica a vida de muitos cidadãos contribuintes, sem ouvir ninguém, sem discutir com a sociedade, sem ter tempo suficiente para debate no próprio seio do Poder Legislativo. Esse não é um método correto. Esse é o método de quem quer fazer as coisas às escondidas, não quer discussão; quer governar o Estado como verdadeiro ditador, mas com cara simpática de democrata, com "marketing" pessoal de bom moço. Por trás, mostra que é um homem autoritário, que quer impor a este Poder a sua vontade, que quer impor a posição do Executivo. Não concordamos com isso.

O projeto em si é o nosso segundo motivo para votar contra ele: ao exigir altas taxas na área de segurança e no atendimento do corpo de bombeiros, está privatizando a polícia. Ao cobrar taxas altíssimas e absurdas, o Governo faz o discurso dos neoliberais de plantão, que querem vender o BEMGE, o CREDIREAL, a CEMIG, a CEASA, para o Estado investir naquilo que é a sua função específica. E, aí, citam a educação, a saúde e a segurança pública. E, agora, estão cobrando a segurança pública devida à população. Isso é um absurdo. É a privatização da segurança.

Vemos que, se a primeira cara do governante de plantão no Palácio, que outrora era o Palácio da Liberdade, é o autoritarismo, a segunda cara é o entreguismo, é uma posição subserviente ao capital internacional e nacional. É uma posição, realmente, de entrega dos destinos do povo, dos serviços públicos deste Estado à área privada. Então, não podemos admitir que isso prevaleça aqui.

O terceiro aspecto que nos faz votar contra o projeto, ligado, ainda, à questão do mérito, são as taxas altíssimas cobradas, principalmente, na área da agricultura. Os pequenos produtores, na área de mudas deste Estado, com a economia rural baseada na economia familiar, não terão condições de pagar as altíssimas taxas que são cobradas no projeto. No momento em que a agricultura está descapitalizada, estamos vislumbrando a terceira faceta do Governo. A primeira é a autoritária; a segunda, a entreguista; a terceira é um Governo a serviço dos ricos e contra a agricultura, que isenta de altíssimos impostos a Mercedes, a Paraibuna, e nega isso à agricultura.

A nossa posição, a posição da Bancada do PT é contrária ao Projeto de Lei nº 1.029/96. Aproveitando a oportunidade, lembro o caso anterior da CPI: o Governador do Estado impôs aos Deputados que tirassem seu nome em troca de verbas de subvenção. Ele impôs isso pessoalmente. Isso mostra mais claramente que este Governo, além de ser autoritário, entreguista, além de estar a serviço do rico, é, também, coercitivo, impositor e faz do Poder Legislativo um mero escritório de despachos do Poder Executivo. Por isso, somos contra o projeto.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, nosso Líder já expressou a forma como a Bancada do PT irá votar este projeto.

Gostaríamos, apenas, de reforçar que já não é possível continuarmos votando projetos que criam problemas e abrem um espaço muito grande para a privatização de setores que, segundo o Governo, estariam sob o controle do Estado, como, por exemplo, a área da segurança. O Governo faz o discurso de que educação, saúde e segurança têm que

ficar na mão do Estado, no entanto faz projetos para forçar o cidadão a ter uma segurança privada. Esta é uma grande contradição.

Esta semana, vimos o Governo do Brasil, que pertence ao MERCOSUL, propondo a criação de um Banco para o desenvolvimento desse mercado. Então, o Governo brasileiro vai ajudar a constituir, junto com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e, agora, também, o Chile, um novo Banco para desenvolvimento. Depois vêm aqui os mesmos representantes desse Governo, que defendem a política do Fernando Henrique, dizer que Banco não é função do Estado. Vejam a contradição do discurso. Vejam que não há consistência naquilo que eles dizem.

E, com relação aos demais projetos e à questão da CPI do BEMGE, gostaríamos, de público, de colocar ao Líder do Governo, Deputado Romeu Queiroz, e a todos que a Bancada do PT, através da minha pessoa e do Deputado Durval Ângelo, que somos as pessoas que estavam dispostas a conversar sobre a saúde financeira do BEMGE, que já não iremos à reunião. Nós, do PT, já não iremos à reunião porque o Governo vai querer ir lá, sem passar informações, dizer que o problema do BEMGE já está resolvido. Não aceitamos esta argumentação. Já não adianta o Estado vir aqui tentar dizer que quer transparência. Foi "armação" do Governador Eduardo Azeredo.

Ontem, no jantar, no 23º, o Governador do Estado pressionou, e, hoje, está aqui o resultado do jantar. Esse é o resultado dos jantares promovidos pelo Governo do Estado. Ele veio aqui e ameaçou. Está aqui, hoje, o resultado da ameaça do Governador. Ele está com medo da CPI, como estava com medo da CPI do BEMGE, e "armou" para não deixar sair a CPI do IPSEMG. Mesmo assim, constituímos uma Comissão Especial que comprovou que o Governo do Estado tem responsabilidade nos desmontes que estão ocorrendo no IPSEMG. O Secretário da Fazenda veio aqui e disse que fazia empréstimos junto ao IPSEMG, autorizado pelo Presidente desse Instituto. Com o dinheiro que deveria ir para o atendimento da saúde, estavam sendo feitas triangulações com a Secretaria da Fazenda, entre o Secretário João Heraldo e o Presidente José Maria Borges. Mas nós vamos continuar investigando. O Governador do Estado está achando que vai ficar tranqüilo? Não vai. Vamos continuar questionando. Podem promover jantares e almoços para conseguir fazer com que os Deputados não queiram investigar, mas nós, da Bancada do PT, vamos continuar insistindo, investigando e denunciando as falcatruas e vamos denunciar aquilo que sair de errado, gostem uns, não gostem outros, porque esse é o nosso papel.

Não temos medo do Governador do Estado, não temos medo da ameaça. Quero ver se esse Governador tem moral para dizer que quer um Governo transparente, se ele manda os Deputados não instaurarem uma CPI porque tem medo dela. Todo o povo de Minas tem que saber que Azeredo está com medo. E a fala do Presidente do BEMGE, José Afonso Bicalho, estava correta. Os empréstimos ocorreram no segundo semestre de 1994 e têm razões eleitoreiras, tendo, também, relação direta com a eleição de Azeredo. Agora, ele, realmente, comprovou que quer encobrir determinadas questões das eleições de 1994, na qual ele se elegeu Governador.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, não vou gastar tanto tempo. Quando criei a TV do Legislativo, eu sabia que aconteceriam fatos como o que acabamos de presenciar, de Deputados subindo à tribuna e jogando coisas para a platéia. Hoje, ele joga para os telespectadores.

Está chegando a hora em que esta Casa terá que começar a apurar os fatos. Fico muito tranqüilo, porque não assinei o requerimento do Deputado Durval Ângelo. Assinaria, se tivesse encabeçado esse requerimento. Acho que se deve apurar os fatos, porque o Deputado Durval Ângelo disse que as assinaturas foram retiradas em troca de subvenções, de acertos, de obras da Secretaria. Será que esta Casa vai ficar sempre ouvindo isso e nunca vai tomar providências?

O Deputado Gilmar Machado diz, na tribuna, que, ontem, houve um jantar e que o Governador pediu que se tirasse o nome desses Deputados. Ele deve estar bem informado. Ele recebeu a informação do companheiro Durval Ângelo, da companheira Maria José Haueisen e de vários Deputados do PT que lá estavam. Quero dizer a S. Exa. que a mesma conversa que houve com os Deputados que assinaram o requerimento houve também com o Deputado Durval Ângelo, da Bancada de S. Exa. Ontem, S. Exa. não compareceu ao jantar para o qual a Assembléia convidou, como foi dito pelo nosso Presidente. Vamos deixar isso bem claro. Porque, quando S. Exa. colocou que houve um jantar do Governador com os Deputados, ele deveria ter colocado que não foi com todos eles, mas com a maioria. S. Exa. não compareceu, mas foi representado pelo seu Líder. O Deputado Durval Ângelo saiu depois de mim. Assusta o Deputado Líder do PT ao dizer aqui nesta Casa que tiraram os nomes em troca de alguma coisa.

Esta Casa tem que apurar essas denúncias. V. Exa. fala do BEMGE. Participei de todas as discussões, assim como S. Exa., e quero dizer que acho o Governo errou quando não cumpriu o acordo. Acho que todos os empréstimos devem ser apurados, como disse naquela oportunidade. Mas não podemos fazer acusações levianas.

Não houve pressão do Governador, e posso dizê-lo a S. Exa. porque eu ali estava. Não

assinei o requerimento; se não o fiz, não poderia retirar a assinatura. S. Exa. tem que pensar um pouco mais para fazer suas colocações, assim como o Deputado Durval Ângelo, que ali esteve e conversou com o Governador, bem de pertinho.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV do Legislativo, senhoras e senhores, os comerciantes varejistas de Minas Gerais estão preocupados com a situação que se avizinha para eles. Como se não bastassem as dificuldades que as diversas classes estão passando em consequência do fraco mercado, os comerciantes mineiros estão preocupados com o Decreto-Lei nº 36.252, que ratificou a adoção do Convênio ICMS 122/94, que impõe o uso de máquinas registradoras e outras medidas por parte dos varejistas.

Atendendo às solicitações da Associação Mineira de Supermercados - AMIS -, da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, da União dos Varejistas, da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL - e da Associação Profissional do Comércio Varejistas de Carnes Frescas de Belo Horizonte, venho a esta tribuna expressar a minha solidariedade ao pleito dessas entidades.

Solicito ao Governador Eduardo Azeredo que autorize o Secretário da Fazenda, Dr. João Heraldo Lima, a prorrogar, até 31/8/97, o prazo de vigência do decreto citado.

De acordo com as entidades representantes do comércio varejista, está impossível o ajuste das categorias à última Resolução S.F. 2.806, da Secretaria da Fazenda, que altera o art. 3º da Resolução nº 2.742 de 07/12/95, que determina o dia 31/1/97 como o último prazo para que se lacrem as máquinas registradoras.

Outra denúncia das entidades varejistas é com relação à compra das máquinas registradoras. Após a publicação do decreto-lei, ficou inviável a aquisição desse equipamento. Com o monopólio, o preço de uma registradora que era de R\$2.000,00, passava para R\$5.000,00. Um absurdo, um abuso e um crime contra o consumidor.

Srs. Deputados, como a vigência da lei de lacre das máquinas registradoras foi adiada, por três vezes, o monopólio da comercialização de registradora teve que fazer baixar o preço, que, hoje, está a R\$3.000,00.

O convênio ICMS 156, de 7/12/94, determina que os contribuintes deverão adquirir esses novos equipamentos. As associações dos comerciantes varejistas esperam que o adiamento para fim de agosto do ano que vem possa refletir no recuo do preço da registradora, retornando à realidade de mercado e à real condição de compra dos varejistas.

Os varejistas mineiros, Srs. Deputados, Sr. Governador Eduardo Azeredo, estão de pleno acordo com os propósitos de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e arrecadação do justo tributo. Para eles, a reforma tributária irá introduzir, no sistema de arrecadação de impostos, a modernização do conceito de recolhimento de tributos.

Para finalizar, os comerciantes mineiros estão apreensivos porque o investimento feito recentemente em novos equipamentos estará perdido, e as máquinas ficarão obsoletas, porque não atenderão a nova legislação. Mais uma vez, Sr. Governador Eduardo Azeredo, quem pagará a conta será o contribuinte que será onerado mais ainda.

Peço a V. Exa. o bom-senso e o equilíbrio necessário para que o pleito das entidades dos varejistas mineiros seja atendido. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/1/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, e 5.130, de 4/5/93, e a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.217, de 1995, e 1.373 e 1.374, de 1997, assinou atos de nomeação para cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Aline Veloso de Matos - Secretário de Gabinete, AL-18;

Ana Tereza de Freitas Quintão Américo - Secretário de Gabinete, AL-18;

Elizabeth Kallas - Auxiliar Técnico Executivo, AL-34;

Henrique de Moura Faria - Supervisor de Gabinete, AL-25;
João Bosco de Castro Borges - Auxiliar de Serviços de Gabinete, AL-10;
Leonardo Aparecida Soares - Auxiliar de Serviços de Gabinete, AL-10;
Maria Aparecida Rodrigues de Miranda - Assistente de Gabinete, AL-23;
Raquel Beatriz Junqueira Guimarães - Técnico Executivo de Gabinete, AL-39;
Regina Coeli de Oliveira Fazzi - Assistente Técnico de Gabinete, AL-29;
Rogério de Souza Oliveira - Supervisor de Gabinete, AL-25;
Rosana Cristina de Avelar - Assistente Técnico de Gabinete, AL-29;
Vânia Aparecida Araújo - Supervisor de Gabinete, AL-25.

Gabinete do Deputado Ambrósio Pinto

Álvaro Rubens Mandolesi - Auxiliar de Gabinete, AL-13;
Cláudia Andrade Barreto Batista - Atendente de Gabinete, AL-05;
Flaviana Castro Assunção - Auxiliar de Serviços de Gabinete, AL-10;
Geraldo Gerber Lacerda - Técnico Executivo de Gabinete, AL-39;
João Augusto de Pádua Cardoso - Supervisor de Gabinete, AL-25;
José Izidoro - Supervisor de Gabinete, AL-25;
José Mercê Dias Chaves - Motorista, AL-10;
Lilian Daisy Pinto Marques - Técnico Executivo de Gabinete, AL-39;
Marcos Antônio Leonardo Batista - Motorista, AL-10;
Maria do Carmo Silveira - Auxiliar Técnico Executivo, AL-34;
Marinely de Paula Bomfim - Auxiliar de Serviços de Gabinete, AL-10;
Nilda Maria Bitencourt Silva - Atendente de Gabinete, AL-05;
Raniere Lage Reis - Assistente Técnico de Gabinete, AL-29.
Teresa de Pádua Teixeira Cardoso - Auxiliar de Gabinete, AL-13.

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

nomeando Frederico Araújo Moreira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 3/1/97, Lilian Daisy Pinto Marques do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, e 1.360, de 17/12/96, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Ana Lúcia Domingues para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Barbosa, Vice-Líder do PSD.

OFÍCIO

Patos de Minas, 3 de janeiro de 1997.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Em face da convocação que, na condição de suplente, recebi da egrégia Mesa da Assembléia para assumir o mandato de Deputado Estadual, venho informar o que se segue.

Tendo merecido a confiança do povo de Patos de Minas, elegi-me e me empossei no dia 1º do corrente no cargo de Prefeito Municipal desta cidade.

Sendo meu propósito exercer o mandato eletivo municipal, vejo-me impedido de atender à convocação da Assembléia Legislativa. Assim, manifesto de modo definitivo a intenção de não assumir o mandato de Deputado Estadual, autorizando a dispensa da observância do prazo para a posse.

Na oportunidade, renovo a V. Exa. e aos demais membros da Mesa expressões de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

Elmiro Nascimento, Prefeito Municipal de Patos de Minas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 62, I, c/c o inciso III do art. 7º, do Regimento Interno, a Presidência convoca o Sr. Jaime Martins do Espírito Santo para tomar posse como Deputado Estadual, em razão da ocorrência de vaga e da manifestação expressa do Sr. Elmiro Alves do Nascimento no sentido de não assumir o mandato de Deputado Estadual, incluindo a dispensa da observância do prazo para a posse.

Mesa da Assembléia, 3 de janeiro de 1997.

Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ERRATAS

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI

Nº 1.056/96

Na publicação da redação final do Projeto de Lei nº 1.056/96, verificada na edição de 24/12/96, na pág. 19, col. 2, no art. 5º do projeto, onde se lê:

"II - o valor total do imposto devido será calculado", leia-se:

"III - o valor total do imposto devido será calculado".

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI

Nº 1.058/96

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 24/12/96, na pág. 19, col. 4, onde se lê:

"foi aprovado no 2º turno na forma do vencido no 1º turno.", leia-se:

"foi aprovado no 2º turno com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno.".
